



**A ALCOA NO MARANHÃO E O DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO REGIONAL**

*Silvia Cristina Mineu Costa*

**São Luís**

**2003**

*SILVIA CRISTINA MINEU COSTA*

**A ALCOA NO MARANHÃO E O DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias

**São Luís**

**2003**

*SILVIA CRISTINA MINEU COSTA*

**A ALCOA NO MARANHÃO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO  
REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 03/10/2003

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias (Orientador)  
Doutor em Economia  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Josefa Batista Lopes  
Doutora em Serviço Social  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Zulene Muniz Barbosa  
Doutora em Ciências Sociais  
Universidade Estadual do Maranhão

A Jesus Cristo, por nos mostrar o caminho da luz.

A meu pai (In memoriam), que sempre sentiu orgulho dos seus filhos,

Às minhas mães, Marise e Assunção (Dinda), pelo eterno amor e dedicação.

Ao meu querido esposo Everaldo, pelo incentivo e compreensão demonstrados nos momentos mais difíceis dessa jornada.

Ao meu filho, Vinícius, fonte de inspiração maior para a superação desta etapa.

Aos meus irmãos, Carlos Alberto, Costa Neto, Marlene e Ana Cleide, que em todos esses anos, demonstraram-me ser nossa afinidade espiritual maior que os laços de sangue que nos une.

A Ribamar Carvalho (papi), pelo amor de pai que nos tem dedicado desde que se tornou membro de nossa família.

A Elineuza, pela dedicação e cuidado nesses dez anos de convivência com minha família.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor José Carlos Pires da Silva, pelas contribuições dadas ao projeto original desta pesquisa;

A Ana Rita Botão Carvalho, que com o seu exemplo, mostrou-me nunca ser tarde para a concretização de um desejo;

A Carlos Saturnino Moreira, Liberata Campos Coimbra e Marli Alcântara Ferreira, pela amizade sincera e o apoio nas horas mais difíceis desta empreitada;

Ao professor Flávio Bezerra de Farias, pela disponibilidade em ler, pelas sugestões e críticas, que tanto contribuíram para a qualidade deste trabalho;

À professora Franci Gomes Cardoso pela contribuição no que se refere aos aspectos metodológicos deste estudo;

À Universidade Federal do Maranhão por ter concedido meu afastamento para participar deste Mestrado;

Aos colegas, funcionários (especialmente Isabel e Babi) e professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, com quem tive a grata oportunidade de conviver nestes dois anos;

Aos colegas de trabalho da Divisão de Treinamento da Universidade Federal do Maranhão, pela amizade sincera que extrapolou os muros desta Instituição.

À equipe de bibliotecárias da Gerência de Planejamento e Gestão por facilitar meu acesso a dados fundamentais para a realização deste trabalho;

Aos amigos e familiares pela compreensão nos meus momentos de ausência;

A todos que, de alguma maneira, contribuíram para a realização desta etapa.

## AGRADECIMENTO ESPECIAL

A Deus, razão maior para estarmos aqui.

Às minhas mães, Marise e Assunção, aos meus irmãos e irmãs, que sempre incentivam a minha caminhada;

A meu esposo Everaldo (in memorian), com quem partilhei os mais significativos momentos de minha existência;

A meu filho, Vinicius, pela compreensão nos muitos momentos que não pude lhe dar a atenção que merece e por ser a razão maior para eu prosseguir na luta;

A minha irmã Ana Cleide, cujo incentivo foi decisivo para minha participação neste mestrado;

A meu cunhado, Antonio José, pela ajuda com os equipamentos de informática crucial para a realização deste trabalho;

Aos meus colegas de curso, especialmente, Liberata, Marli, Katiane, Cláudia, Saturnino, Carlos Agostinho, Anova e Aurora, que no momento mais difícil de minha vida, demonstraram-me a maior de todas as suas qualidades: a solidariedade.

“Como terem tão pouco do céu os ministros que isto fazem, temo-los retratados nas nuvens. Aparece uma nuvem no meio daquela Bahia, lança uma manga no mar, vai sorvendo por oculto segredo da natureza grande quantidade de água, e depois que o está bem carregada, dá-lhe o vento, e vai chover daqui a trinta , daqui a cinqüenta léguas. Pois, nuvem ingrata, nuvem injusta, se na Bahia tomaste essa água, se na Bahia te encheste, porque não choves também na Bahia?

Se a tiraste de nós, porque não a despendes conosco? Se a roubaste a nossos mares, porque não a restituís a nossos campos? Tais como isto são muitas vezes os ministros que vêm ao Brasil [...] não fazem mais que chupar, adquirir, ajuntar, encher-se (por meios ocultos mais sabidos), e ao cabo de três ou quatro anos, em vez de fertilizarem a nossa terra [...] vão chover a Lisboa, desperdiçar a Madri. Por isso nada lhe luz ao Brasil, por mais que dê, nada lhe monta e nada lhe aproveita, por mais que faça, por mais que se desfaça. E o mal mais para sentir de todos é que à água que por lá chovem e esperdiçam as nuvens não tiradas da abundância do mar, como noutro tempo, senão das lágrimas do miserável e dos suores do pobre, que não sei como atura já tanto a constância e fidelidade desses vassalos”.

Antonio Vieira, 1940

“É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação dessa riqueza”.

François Chesnais, 1996

## RESUMO

Relação entre a ALCOA e o desenvolvimento socioeconômico regional no Maranhão. Analisa-se criticamente a atuação de uma empresa multinacional num espaço regional periférico. Destacam-se os condicionantes exógenos e endógenos à economia brasileira que no contexto da globalização capitalista, favorecem a penetração do investimento estrangeiro direto no Brasil e, particularmente, no Maranhão. Analisa-se a participação dos poderes públicos no processo de implantação da ALCOA em São Luís e os efeitos diretos e indiretos decorrentes de sua implantação sobre a economia maranhense. Interpreta-se a atuação da ALCOA no Maranhão a partir da demonstração de alguns indicadores socioeconômicos deste Estado.

Palavras-chave: ALCOA, Desenvolvimento Regional, Globalização Capitalista, Indicadores Socioeconômicos.



## **ABSTRACT**

The relation between Alcoa and the regional socioeconomic in Maranhão. We critically analysis the action of a multinational company at a peripheral area. We emphasize the external and internal factors in a capitalist globalization context of Brazilian economy, due to foreign investment in Brazil, specific in Maranhão. We also analysis the public powers participation in Alcoa's implantation process in São Luis and its consequences on Maranhense economy. Finally, we analysis Alcoa's action in Maranhão based on its own socioeconomic indicators.

Key words: Alcoa, Development Regional, Globalization Capitalist, Socioeconomic Indicators.

## **LISTA DE QUADROS**

- QUADRO 1 - Metas do Plano Maior de Turismo do Maranhão**
- QUADRO 2 - PGC – Incentivos tributários e condições de sua aplicação**
- QUADRO 3 - Síntese dos incentivos tributários concedidos pelo PGC**

### LISTA DE TABELAS

- TABELA 1 - População Total, Urbana e Rural – 1950/1996**
- TABELA 2 - Evolução da População Economicamente Ativa (PEA), Ocupada Segundo os Setores Econômicos – 1950/1996**
- TABELA 3 - Produto Interno Bruto a Custo de fatores, Segundo os Setores Econômicos 1985/1995**
- TABELA 4 - Participação Relativa do PIB (APM) Estadual em Relação ao Nordeste e ao Brasil – 1986/1996**
- TABELA 5 - Exportação do Maranhão, do Nordeste e do Brasil – 1985/1996**
- TABELA 6 - Valor e Participação das Exportações, Segundo os Principais Produtos – 1991/1996**
- TABELA 7 - Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos no Maranhão, Nordeste e Brasil – 1981/1988**
- TABELA 8 - Evolução da Distribuição de Renda**

## LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL – 1970/1980/1991/1996**
- GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NO MARANHÃO – 1980/1991/1996**
- GRÁFICO 3 - PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES, SEGUNDO OS SETORES ECONÔMICOS 1985/1995**
- GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PIB (APM) ESTADUAL EM RELAÇÃO AO NORDESTE E AO BRASIL – 1986/1996**
- GRÁFICO 5 - EXPORTAÇÃO DO MARANHÃO, DO NORDESTE E DO BRAZIL – 1985/1996**

## LISTA DE SIGLAS

<b>ALCOA/ALUMAR</b>	- Aluminum Company of America/ Alumínio do Maranhão
<b>ALBRÁS/ALUNORTE</b>	- Alumínio do Brasil/Alumínio do Norte
<b>ALCOMINAS</b>	- Companhia Mineira de Alumínio
<b>BASA</b>	- Banco da Amazônia
<b>BDMG</b>	- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
<b>CEFET/MA</b>	- Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
<b>CDI/MA</b>	- Companhia de Distritos Industriais do Maranhão
<b>CIP</b>	- Comissão Interministerial de Preços
<b>CVRD</b>	- Companhia Vale do Rio Doce
<b>ELQUISA</b>	- Eletroquímica Brasileira
<b>FMI</b>	- Fundo Monetário Internacional
<b>GEPLAN/MA</b>	- Gerencia de Planejamento do Estado do Maranhão
<b>IBGE</b>	- Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico
<b>IPES</b>	- Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Maranhão
<b>IPI</b>	- Imposto sobre Produtos Industrializados
<b>IR</b>	- Imposto sobre a Renda
<b>ICM</b>	- Imposto sobre Circulação de mercadorias
<b>ONU</b>	- Organização das Nações Unidas
<b>OPEP</b>	- Organização dos Países Exportadores de Petróleo
<b>OTAN</b>	- Organização dos Países do Atlântico Norte
<b>UNICEF</b>	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>URSS</b>	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>II PND</b>	- II Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>PROALCOOL</b>	- Programa Nacional do Alcool
<b>SEPLAN/MA</b>	- Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão
<b>SESI</b>	- Serviço Social da Indústria
<b>SENAC</b>	- Serviço Nacional de Comércio
<b>SUDAM</b>	- Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
<b>SUDENE</b>	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
<b>SPVEA</b>	- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
<b>PNUD</b>	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

## SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS .....	09
LISTA DE TABELAS .....	10
LISTA DE GRÁFICOS .....	11
LISTA DE SIGLAS .....	12
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2 O CICLO EXPANSIVO DA ECONOMIA MUNDIAL NO PÓS-SEGUNDA GUERRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA</b> .....	<b>27</b>
2.1 A reestruturação da economia mundial no pós-guerra e a expansão das multinacionais nos países do Terceiro Mundo .....	27
2.2 A economia brasileira no contexto da nova configuração capitalista mundial.....	48
<b>3 A ALCOA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MARANHÃO</b> .....	<b>62</b>
3.1 O contexto socioeconômico do Maranhão no final do século XX e início do século XXI.....	62
3.2 Processo de implantação da ALCOA em São Luís e suas implicações econômicas e sociais .....	69
<b>2 CONCLUSÃO</b> .....	<b>96</b>
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICES.....	108
ANEXOS.....	111

## 1 INTRODUÇÃO

O objeto definido para o presente estudo é a atuação de empresas multinacionais num espaço regional periférico. Particularmente, trata-se de investigar se as atividades do complexo exportador de alumínio da ALCOA proporcionaram a transformação desse Estado em um pólo industrializante, tal como foi apontado pelo governo estadual como justificativa para sua implantação no Maranhão, ou se esse tipo de empreendimento funcionou apenas como um enclave multinacional para pagamento da dívida externa brasileira.

O primeiro aspecto fundamenta-se na perspectiva de reestruturação da economia maranhense pretendida pelo governo estadual, através da dinamização do setor industrial.

O segundo aspecto deriva da interpretação dos condicionantes internos e externos que levaram à opção do governo brasileiro por um investimento do tipo enclave, considerando que as atividades desse tipo de empresa estão voltadas exclusivamente para o enriquecimento de seu país de origem.

Em nível dos condicionantes internos, tal opção representou - no momento de esgotamento do modelo desenvolvimentista brasileiro, pautado na substituição de importações - uma estratégia do governo militar para financiamento interno dessa economia e para o pagamento da dívida externa do país.

Em nível dos condicionantes externos, envolve um processo mais amplo, que se evidencia no final dos anos 70, a partir da nova fase de internacionalização do capital, a chamada globalização capitalista.

O interesse inicial por essa temática, surgiu a partir de minha experiência como estagiária, no setor financeiro da extinta CDI/MA, no processo de indenizações das terras desapropriadas para instalação da fábrica da ALCOA no Distrito Industrial de São Luís do Maranhão.

A solidificação dessa idéia perpassa ainda a experiência vivenciada no final da década de 80, no Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, onde começaram a inquietar-me algumas das questões tratadas nesse estudo em relação às transformações ocorridas na economia maranhense em função da realização de um projeto de grande porte como este.

As análises dos estudiosos desse tema realizadas até então, tratam do problema na sua fase de implantação e os Institutos de Pesquisa locais se limitam à sistematização de dados, sem, contudo, realizar estudos que permitam visualizar o quadro real da economia maranhense, resultante dos ajustes regionais no contexto da internacionalização do capital.

Minha proposta nesse estudo é tentar suprir essa carência de análises mais aprofundadas sobre a realidade maranhense, concentrando-me na atuação do Projeto Alumínio São Luís nessa região, pautando-me na seguinte questão: após transcorridas quase duas décadas de sua implantação no Maranhão, a atuação da ALCOA proporcionou o desenvolvimento regional prometido pelo governo estadual, ou



funcionou apenas como um enclave multinacional imposto para pagamento da dívida externa brasileira?

Para realizar essa pesquisa, com a perspectiva de analisar as transformações que se processaram, além da pesquisa bibliográfica e documental, percorri alguns órgãos do governo estadual e institutos de pesquisa locais, como a ex Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN/MA), hoje Gerência de Planejamento e Gestão (GEPLAN/MA) e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), onde realizei entrevistas informais com alguns gestores e reuni documentos e relatórios sobre a questão ALCOA.

A implantação de um complexo industrial de alumínio em São Luís, de responsabilidade do Consórcio ALUMAR, fez parte do Programa Grande Carajás, criado através do Decreto Lei nº 1.813, publicado no Diário Oficial da União de 24.11.1980, instalado nos Estados do Pará, Maranhão, Goiás e parte do Tocantins, tendo como meta explorar o potencial mineral dessa região.

Ressalto que o programa Carajás constituiu-se em um projeto nacional de exportação, visando principalmente à exploração das riquezas da região amazônica, portanto, para entendê-lo, faz-se necessário retroceder na história amazônica.

As iniciativas de intervir na Amazônia têm sido episódicas, geralmente para resolver problemas externos à região, o que é confirmado por Cota quando afirma:

[...] ora se procura proteger o patrimônio colonial; ora se busca mão-de-obra indígena para o Maranhão. O império não agiu diferente da Colônia e, na República, as decisões continuaram e continuam a ser formuladas de fora da região. (COTA, 1984, p.57).

Na atualidade, na minha percepção, pela primazia dos condicionantes exógenos, a história se repete, incluindo-se no foco das preocupações as questões relativas ao controle da biodiversidade<sup>1</sup>, de acordo com “[...] a idéia de território a ser preservado [...]”, a qual “[...] parece ser a tônica das preocupações pela Amazônia”. (COTA, 1984, p.57).

Assim, após o surto da borracha - incluindo-se em sua primeira fase, o Plano de Defesa da Borracha (1912) e na segunda fase, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (1946) - começa a era dos grandes projetos industriais e agropecuários, que vai até 1980, estabelecendo-se, então, a versão Carajás.

O Programa Grande Carajás foi semelhante aos planos de desenvolvimento traçados para a Amazônia pelos vitoriosos do golpe de 1964, que

[...] desejavam imprimir maior eficiência no mecanismo de planejamento regional e um papel mais importante da iniciativa privada no desenvolvimento regional. (COTA, 1984, p.59).

Para tanto, foram reorganizados, sob nova denominação, a Superintendência e o Banco Regional de Desenvolvimento, criando-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA) e iniciando-se, através de uma gama de incentivos fiscais e tributários e de uma legislação desenvolvimentista, a “Operação Amazônica”.

Nesse processo foi também criada a Zona Franca de Manaus, numa tentativa de criação de um pólo de crescimento em Manaus, numa clara referência à teoria de Perroux (apud HADDAD, 1974), o que reforça, no meu entendimento, a crítica de Cota

---

<sup>1</sup> Ver a esse respeito Oliveira, Francisco de. *A reconquista da Amazônia*. Novos Estudos CEBRAP, nº 38, março 1994, pp.3-14.

(1984) em relação à importação e adaptação de teorias do Centro para países periféricos, como o Brasil.

Na verdade, a estratégia de implantação dos grandes projetos industriais brasileiros, como o Programa Grande Carajás, apesar de preconizar o desenvolvimento socioeconômico nacional e regional, pela via da industrialização, visava principalmente ao financiamento interno da economia e ao pagamento da dívida externa brasileira.

Para Cardoso (1980), tais projetos, sob o pretexto de obter economias de escala em um meio adverso à industrialização, fortaleceram o grau de dependência tecnológica e financeira relativamente às economias desenvolvidas, acrescentando ainda, que a chamada “transferência de tecnologia” significou, na realidade, a submissão do processo de produção local à valorização dos capitais externos.

Por outro lado, diante da negociação desfavorável para o Brasil do preço de venda dos minérios, a implantação dos Grandes Projetos voltados para a exportação, apresentou resultados econômicos contraditórios, uma vez que,

[...] a “promoção de exportações” via Grandes Projetos, como o Programa Grande Carajás, pela própria natureza do programa, garante ao capital estrangeiro hegemonia no controle sobre a formação de preços, assegurando-lhe condições especiais de extração e comercialização de minérios. O controle sobre a formação de preços constitui-se, pois, numa estratégia para apropriar-se do excedente gerado e repatriar capitais. (FARIAS; COELHO, 1986, p. 07).

Ressalto ainda, nesse sentido, um outro aspecto contraditório desses Projetos, que consiste em fornecer a infra-estrutura necessária para atrair o investimento das empresas multinacionais. Por exemplo, na construção de hidrelétricas, como Tucuruí, da ferrovia Carajás e do Porto do Itaqui, o governo brasileiro recorreu ao

financiamento externo, aumentando ainda mais sua dívida com os credores internacionais.

O Programa Grande Carajás provocou um processo de reestruturação nos sistemas produtivos existentes na região-programa em função dos investimentos para a exploração de recursos naturais, bem como, para a produção de produtos semi-acabados. Contudo, a resultante maior desse Programa, como dos demais Projetos industriais brasileiros, foi uma crescente internacionalização da economia brasileira.

Por sua vez, essa internacionalização da economia brasileira inseria-se nos termos da expansão “fordista periférica”, que se articulava a partir de três modelos, fundamentados em diferentes relações salariais:

1. A clássica “substituição e importações”, que consiste em fabricar no próprio país, de maneira progressiva, os bens de consumo que outra eram adquiridos nos países centrais;
2. A nova “substituição de exportações”, que consiste em produzir bens manufaturados objetivando a exportação;
3. A “promoção de exportação”, que consiste em ordenar, arrumar, aperfeiçoar, etc. a antiga especialização na exportação das matérias-primas industriais, minerais e agrícolas. (FARIAS; COELHO, 1986, p.09)

Por ser um Projeto voltado para a exportação de minérios e de produtos agrícolas, Carajás representou um caso típico deste último modelo.

Nessa ótica,

[...] o Programa Grande Carajás foi concebido objetivando condições de viabilidade econômica para a extração integrada dos amplos recursos minerais existentes na área, congregada ao beneficiamento e industrialização, além do aproveitamento do potencial silvícola e da abundância de áreas cultiváveis, no sentido de criação de unidades agropecuárias ao longo da extensão da ferrovia. (FARIAS; COELHO, 1986, p.11).

A partir das descobertas minerais da província de Carajás, segundo o discurso oficial, o município de São Luís passou a sinalizar fortes possibilidades de desenvolvimento, em função de uma série de determinantes: a instalação de empresas subsidiárias, com a geração de empregos diretos e indiretos, uma cadeia de produção com um efeito multiplicador considerável, capaz de melhorar as divisas do Estado, a inserção da economia maranhense no comércio globalizado, a isenção de impostos e tributos aos investidores, um exército de reserva de mão-de-obra barata e, uma legislação ambiental paternalista e desrespeitada. Além de incentivos fiscais e uma infra-estrutura bancada pelo poder local que, constituíram-se num forte atrativo para o capital, tendo em vista que, ao possibilitarem transferências de capital para ser aplicado em empreendimentos produtivos na região do Carajás, permitiram elevar a sua rentabilidade e garantir sua lucratividade.

Esses fatores de atração, que vão desde a concepção da transformação da região do Carajás em prioridade nacional até a criação de facilidades para a implantação desse capital, acabaram por propiciar a penetração do capital estrangeiro no município, com a implantação de um setor industrial produtor de alumínio e alumina em São Luís.

A ALCOA se instala em São Luís entre 1980 e 1984, abrindo as fronteiras da economia maranhense para a penetração direta do capital estrangeiro, no contexto de uma nova correlação de forças entre as classes sociais, em torno de uma nova divisão capitalista do trabalho, que se configurou a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, no fenômeno conhecido como globalização. Isto se traduz na capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”.

A globalização constitui-se, nos anos 80, uma das faces mais visíveis de um projeto de dominação econômica das classes dominantes dos países imperialistas, que se inicia como uma resposta à crise capitalista vivenciada no final da década de 70, pelas economias capitalistas centrais, cujas resultantes foram o esgotamento do padrão fordista/keynesiano e a falência do ideário do *Welfare State* nos países periféricos.

Com efeito, a globalização é o aspecto mais visível das transformações no modo de produção capitalista, tanto na sua base econômica, quanto na sua base técnica, em escala global, e evidencia ainda mais o caráter anárquico desse modo de produção e, portanto, as próprias tendências auto-destrutivas do sistema do capital.

Nesse sentido, afirma Farias (2001), [...] a partir dos anos 80, ficou cada vez mais claro que a experiência mítica do Estado do “Bem Estar” ou “providencial” foi simplesmente, algo de passageiro na história do capitalismo”. (FARIAS, 2001, p.59).  
Entretanto,

[...] no contexto da era pós-moderna, a grande transformação destinada a superar o credo da sociedade fordista não deveria ser vista como algo que se produz apenas na superestrutura política, jurídica e ideológica, sem nenhuma conexão com as mutações nas relações socioeconômicas, inclusive nas suas novas configurações imperialistas [...]. O advento da modernidade em vigor deveria ser percebido, também, como resultado de mudanças no modo de produção capitalista, tanto na sua base econômica, quanto na sua base técnica, cujo progresso na sua totalização concreta apresenta-se cada vez mais desorganizado [...], no novo momento da mundialização do capital [...]. (FARIAS, 2001, p.59).

Na percepção de Farias (2001), a globalização, é, portanto, um fenômeno ambíguo porque traz em seu bojo,

Uma referência implícita à imagem de um “centro”, mesmo constituído de potências rivais, ao qual se submeteriam ou se incorporariam pouco a pouco as “periferias” e “regiões exteriores” [...] Este processo, tal como ocorreu no curso dos séculos precedentes, apresentava-se como embargo sobre Estados e sociedades inteiras, importação de bens e de forças humanas, exploração de mão-de-obra e de recursos naturais, exportação correlativa de línguas, de técnicas, de instituições [...] O *feedback* dessa expansão que caracteriza a situação atual, com toda evidência, não abole nem a dominação política nem as desigualdades econômicas – poderia até mesmo ser dito que diante de nossos olhos a polarização da riqueza e da miséria, do poder e da impotência, atinge um grau sem precedente. Mas, não existe mais centro único ou “região central”: em vez disso há uma rede, um equilíbrio instável da expansão neocolonial e da penetração inversa dos fenômenos e dos grupos periféricos na própria textura das sociedades do centro. (BALIBAR, 1997 apud FARIAS, 2001, p. 64).

Dessa forma, a globalização reflete o movimento contraditório do capital, ampliando o desenvolvimento desigual e mantendo as suas tendências dominantes.

Nos anos 80, no contexto da globalização, o Maranhão se insere - pela presença das vantagens que atraem o investimento estrangeiro direto nas regiões periféricas do globo – na nova fase de internacionalização do capital, com a implantação do então denominado Projeto Alumínio São Luís.

Por sua vez, a introdução de atividades industriais em uma área onde ainda predominam as atividades produtivas do tipo tradicional e primário, implicaram em profundas transformações estruturais em sua economia, procurando adequá-la a uma nova diretriz de comando externo, que passou a ser direcionada, no caso, pelas indústrias emergentes, e numa nova visão de economia dependente. Daí, no centro dessas transformações, houve a possibilidade de desagregação de algumas atividades produtivas pré-existentes ao mesmo tempo em que outras são conservadas e estimuladas ao desenvolvimento, destacando-se aí, a forma pela qual se viabilizaram essas transformações. Ou seja, a forma pela qual o capital se articula a nível local para impor sua dinâmica e passar a controlar o sentido e o ritmo do desenvolvimento na sua área de influência.

No Brasil, no final da década de 80, houve ampla discussão acadêmica sobre as perspectivas e conseqüências, para a região amazônica da implantação dos projetos econômicos relacionados ao Programa Grande Carajás, considerado por diversos autores, - dentre os quais se destacam Armando Mendes, José Marcelino Costa e Lúcio Flávio Pinto - como uma porta de abertura das fronteiras nacionais às empresas multinacionais, caracterizando uma nova forma de controle dos nossos recursos pelos países centrais.

Com inquietação da mesma natureza é que pretendo neste trabalho, investigar de que forma a economia maranhense foi afetada pela atuação do chamado Projeto Alumínio São Luís, quais as alterações no quadro econômico e social do Maranhão, após transcorridas quase duas décadas de sua implantação. Portanto, a



análise das transformações ocorridas, a partir da evolução de alguns indicadores sociais e econômicos, constitui-se também um objetivo deste trabalho.

O Maranhão dos dias de hoje apresenta um conjunto de indicadores socioeconômicos negativos (mortalidade infantil, analfabetismo, educação, saúde, distribuição de renda, dentre outros), tanto no campo como na cidade, cujas raízes antecedem à década de 1960, e que são perpetuados tomando-se como referência os efeitos provocados pelos vultosos investimentos realizados particularmente no início dos anos 80, por meio do Projeto Ferro-Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, e do Complexo de Produção de Alumínio/Alumina, do consórcio ALUMAR, ambos - segundo a versão oficial - responsáveis pelo desdobramento de uma série de efeitos em cadeia sobre a estrutura econômica setorial e o espaço territorial maranhense.

A realidade do Maranhão, nos anos noventa, se apresenta com suas cidades crescendo de forma desorganizada, com uma dinâmica populacional muito intensa onde prevalecem os fluxos migratórios internos, com índices crescentes de desemprego/subemprego nas áreas urbanas, com a desmobilização da mão-de-obra rural, causando uma crescente procura por moradias nos arredores dos bairros de classe média, gerando uma fragmentação espacial e territorial sem precedentes, que ocasionaram problemas irreversíveis no monitoramento territorial em nível estadual.

O setor público tendo permanecido por muito tempo distanciado de toda essa problemática, vem tentando, pelo menos aparentemente, desde o final da década de 90, soluções alternativas para o crescimento econômico regional, como a dinamização do “Plano Maior de Desenvolvimento do Turismo auto-sustentado no Maranhão” gerenciado pelo Executivo Estadual, e a implantação de mais um pólo siderúrgico, fato

amplamente divulgado na mídia, enfatizando-se os “benefícios” desse empreendimento para a população maranhense.

As ações do governo estadual, na visão de seus dirigentes, sinalizam para uma “política de melhores dias” aos vários segmentos da sociedade maranhense, através de planos e metas governamentais que tentam vislumbrar um cenário propulsor no que diz respeito ao problema de geração de emprego e renda para as populações locais. No entanto, a questão principal a ser pensada sobre as perspectivas apontadas é: que preço será pago pelo alcance desses “benefícios”?

Por outro lado, a implantação de empresas de grande porte, como é o caso da ALCOA, tem como contrapartida o surgimento de um segmento de trabalhadores - que constitui um verdadeiro exército de reserva - subordinados indiretamente ao capital, constituídos por operários e técnicos especializados na produção siderometalúrgica.

Na fase de implantação da fábrica da ALCOA em São Luís, no entanto, a não disponibilidade dessa força de trabalho especializada na região, implicou a necessidade de criar uma oferta regular de emprego para essas empresas, que foi atendida inicialmente pela migração de força de trabalho especializada de outras regiões (principalmente do Sul e Sudeste do país) e, posteriormente, através de treinamento de força de trabalho local, sob o comando do SESI/SENAC e Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET), então, Escola Técnica Federal do Maranhão, cujos cursos foram direcionados, na década de 80, para as atividades comerciais e industriais desenvolvidas no Estado.

Com base nesses pressupostos, o que pretendo nesse estudo, é verificar se as atividades do complexo exportador de alumínio da ALCOA no Maranhão proporcionaram a transformação desse Estado em um pólo industrializante,

promovendo o desenvolvimento regional, ou se esse tipo de empreendimento funcionou apenas como um enclave multinacional para pagamento da dívida externa brasileira. E com isso, dar minha parcela de contribuição à compreensão do novo cenário que se descortina na economia do Estado com a atuação dessa empresa.

O resultado dessa análise está estruturado por esta introdução e em três capítulos. No segundo capítulo abordo o panorama mundial e nacional da expansão capitalista após a Segunda Grande Guerra e o papel das empresas transnacionais na dominação imposta aos países do terceiro mundo, como condicionantes externos à economia brasileira, postos para a realização do Programa Grande Carajás.

No terceiro capítulo, procedo a uma análise do cenário socioeconômico maranhense, no final do século XX e início do século XXI, e elaboro a estratégia de implantação da ALCOA em São Luís e as implicações econômicas e sociais decorrentes dessa implantação. Destaco ainda neste capítulo, a evolução dos principais indicadores sociais e econômicos do Maranhão no período 1980-90.

No quarto e último capítulo, teço os comentários finais resultantes desta pesquisa.

## **2 O CICLO EXPANSIVO DA ECONOMIA MUNDIAL NO PÓS-SEGUNDA GUERRA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA**

No presente capítulo evidencio os condicionantes externos à economia brasileira que resultaram na abertura dessa economia aos investimentos estrangeiros diretos e, dessa forma, na penetração de empresas multinacionais, como a ALCOA em um espaço periférico da economia mundial.

### **2.1 A reestruturação da economia mundial no pós-guerra e a expansão das multinacionais nos países do Terceiro Mundo.**

A partir da Segunda Grande Guerra, inicia-se um processo de reestruturação da economia mundial, que é marcado pelo estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional de regulação inspirada no keynesianismo<sup>2</sup>, nascida dos acordos de *Bretton Woods*.

Vale ressaltar que em contraposição ao intervencionismo estatal keynesiano, surge nos anos 40, um movimento, realizado por intelectuais, que a partir de uma ação

---

<sup>2</sup> O keynesianismo refere-se ao conjunto de conceitos teóricos de John Maynard Keynes e seus seguidores, que tiveram como objetivo principal o estabelecimento e a sustentação do pleno emprego e da rentabilidade dos capitais nas sociedades capitalista, após a grande crise estrutural de 1929. Em síntese, o resultado da abordagem keynesiana é a contestação da existência de mecanismos automáticos de regulação da atividade econômica e a afirmação da necessidade de intervenção do Estado, com vista a corrigir os desequilíbrios permanentes, dos quais o subemprego, o subconsumo e a inflação são as manifestações mais visíveis.

coletiva envolvendo jornalistas, ativistas políticos, filósofos e universitários, passaram a difundir no mundo ocidental o retorno ao liberalismo econômico. Sua estruturação evidencia-se a partir da criação da sociedade do Monte Pélerin (1947) e, posteriormente, de diversos institutos<sup>3</sup>.

Esse movimento conhecido como neoliberalismo, que se fortalece a partir de experiências governamentais - vividas principalmente na Inglaterra, com Margareth Tachtcher; na Alemanha, com Helmut Koll; na França, com Jacques Chirac e nos EUA, com Ronald Reagan - utiliza na visão de Keith Dixon (1988), estratégias próprias de propagação ideológica, que se operacionalizam com a ação dos *think tanks*<sup>4</sup>, considerados pelo citado autor, como uma espécie de vanguarda intelectual do liberalismo econômico, doutrina clássica na história do pensamento econômico ocidental, que se difunde, a partir de *A riqueza das Nações* (1776), obra em que Adam Smith defende a liberdade do mercado, sendo este plenamente capaz de auto-regular-se.

Não obstante o posterior avanço teórico e prático, no mundo ocidental, da ideologia do mercado auto-regulável sob a nova formulação inspirada por Hayek (1941), Nozick (1994), dentre outros autores, o período pós-segunda guerra, foi marcado pelos planos de desenvolvimento, com ênfase na regulação estatal, que objetivavam a reestruturação das economias centrais.

Na perspectiva de uma busca contínua do desenvolvimento, nos anos 50, os países em desenvolvimento deram especial atenção à idealização de planos para o

---

<sup>3</sup> Institute of Economics Affairs(1955); Centre Policy Studies (1974) e Adam Smith Institute (1977).

<sup>4</sup> DIXON, Keith. Op. Cit, p. 6.

desenvolvimento econômico, baseados num processo de industrialização intensiva, na época, sinônimo de desenvolvimento.

Dessa forma, a industrialização disseminou-se pelo terceiro mundo, ensejando uma nova divisão internacional do trabalho, funcional aos interesses do capital oligopolista e à diversificação da estrutura econômica das economias periféricas e, ao simultâneo desenvolvimento de suas forças produtivas.

Ressalto ainda, nesse sentido, que na década de 60, considerada a “década do desenvolvimento”, através da Resolução nº 1710 da XVI Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), foi fixado um parâmetro quantitativo para o crescimento anual dos países, considerando-se ideal alcançar uma taxa mínima de crescimento da renda nacional agregada da ordem de 5% ao ano.

A partir das três últimas décadas, pós-segunda Guerra Mundial, o crescimento passou a ser considerado como um objetivo importante na vida econômica tanto dos países ricos quanto dos pobres<sup>5</sup>.

A partir do final dos anos 40, a execução do Plano Marshall, objetivava o soerguimento da economia dos países da Europa Ocidental e a manutenção da plena utilização da capacidade produtiva norte-americana. Com a introdução de uma nova onda de inovações tecnológicas, as economias dos países de industrialização avançada recuperaram-se, passando a desfrutar de um período relativamente longo de crescimento econômico, que perdurou até o final da década de 60. Esse ciclo

---

<sup>5</sup> Entretanto, hoje, na busca desse objetivo, o que menos tem importado aos governos é a garantia dos direitos humanos dos “cidadãos globais” (a recente guerra entre os Estados Unidos e o Iraque é o exemplo mais contundente deste fato).

expansivo acaba por se estender a alguns países do chamado terceiro mundo ou periferia, inclusive o Brasil.

No Brasil, a resultante desse processo de internacionalização do capital é a mudança do “centro dinâmico” da economia, até então concentrada na atividade cafeeira, para estruturação dos setores de produção industrial (bens de produção, de consumo duráveis e de consumo assalariado), numa expansão econômica entre 1957-62, pautada principalmente no modelo de substituição de importações. (TAVARES, 1986).

O Brasil, ainda sob a égide do “Estado populista” (1930-64), que engendrou em sua composição, diferentes grupos de classe: oligarquias regionais agrário-mercantis, burguesia industrial e massas populares urbanas (constituídas por operários da indústria e outros trabalhadores urbanos), com interesses claramente distintos e antagônicos, vivencia nesse período uma política industrializante, que promoveu intensa urbanização, definindo uma nova realidade social.

Essa política industrializante do Estado populista é acompanhada por uma política de centralização do poder em termos políticos e administrativos, ou seja, de reforço das estruturas do Estado Nacional. Nessa ótica,

[...] A política populista se define, portanto, como uma política de reforço das estruturas do Estado nacional. Todavia, esse reforço se concretiza num contexto histórico preciso, e assume, por consequência, uma significação particular e uma forma concreta. Essa especificidade é evidenciada na análise da política do Estado populista, da qual sobressaem, em linhas gerais, duas dimensões. De um lado, o Estado populista se mostra um Estado criador; mediante uma política cada vez mais intervencionista e industrializante, o Estado populista passa à frente das relações de classe e cria uma burguesia industrial capaz, a seguir, de exercer uma pressão contínua sobre seus aparelhos e agências. Tal afirmação mais que uma hipótese, constitui uma

realidade empiricamente comprovada: vários grupos industriais, dentre os mais poderosos da década de 50, foram literalmente criados pelo Estado durante o período Vargas. De outro, o Estado populista caracteriza-se como um Estado mediador. A conquista e a execução de uma base social urbana de apoio, bem como, a execução de uma política industrializante, leva o Estado a regulamentar 'precocemente' as relações de classe em gestação, com vistas a trazer um mínimo de estabilidade ao 'compromisso' e a consolidar nos planos econômico e político a burguesia industrial nascente. O Estado populista intervém, portanto, nas relações de classe, integra politicamente a classe operária e, ao mesmo tempo, priva-a de uma expressão política autônoma. (SAES, 1985 apud GREMAUD at al, 1997,p.162, grifo nosso).

A exemplo do que ocorreu nos demais países periféricos, os principais grupos e frações de classe, constituintes da sociedade brasileira, “assimilam” os padrões culturais e de consumo das economias capitalistas centrais, o que se constitui num facilitador para a expansão do capital. Ressalto que, a cada novo ciclo de valorização do capital, segue-se uma nova rodada de modernização nas sociedades periféricas, refletidas na aculturação e em novos padrões de consumo, ditados pela grande burguesia dos países centrais.

Com o golpe militar de 1964, encerra-se mais de três décadas de integração das massas ao processo político, abrindo-se duas décadas de governos militares que correspondem também a uma nova fase de desenvolvimento da economia brasileira.

Com efeito, o período 1964-84 caracterizou-se pelo autoritarismo no campo político e por oscilações no quadro econômico, passando do “milagre” econômico brasileiro para a grande crise dos anos 80.

As flutuações econômicas vivenciadas nesse período pela economia brasileira, são atribuídas a condicionantes internos e externos, refletindo esses últimos,



os choques ocorridos na economia mundial e a forma subordinada de inserção dessa economia no sistema internacional do capital.

Durante o ciclo expansivo das economias capitalistas avançadas, que perdurou até o final da década de 60, evidencia-se um fenômeno que,

[...] provocou profundos impactos na economia mundial: o processo de internacionalização do capital [...], que consistiu, em última análise, na generalização espacial das relações sociais de produção, características do modo de produção capitalista. Este fenômeno passou a promover a emergência de surtos de industrialização tardia em vários países da periferia – com estruturas e estágios de desenvolvimento das forças produtivas distintas – em decorrência da nova modalidade assumida pelo movimento espacial do capital, agora a forma de investimentos diretos ou através do ‘take over’ de empresas locais, sob a égide das corporações multinacionais. (COSTA, 1987, p.5, grifo nosso)

Na estratégia de expansão das empresas multinacionais, os objetivos foram, em síntese:

- a) Controle da oferta internacional de produtos primários;
- b) A manutenção e expansão do domínio sobre mercados consumidores existentes ou potenciais e;
- c) O rebaixamento nos custos em capital variável, com a busca de áreas com disponibilidade de força de trabalho abundante, produtividade adequada e remuneração salarial relativamente baixa.

Nos anos 70, a ruptura do sistema de *Bretton Woods* - que se fundamentava no padrão dólar-ouro, na taxa de câmbio fixa e nos financiamentos dos desequilíbrios

temporários nas contas externas dos países pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), desde que seguissem as “orientações” de suas cartilhas para a realização de ajustes necessários - e o desenvolvimento do chamado euromercado, trazem como conseqüência, a “captura” dos países em desenvolvimento pelos bancos internacionais, através do sistema de dominação dólar - *Wall Street*. (P. GOWAN, 2003).

Como prolongamento e aprofundamento desse processo, ocorre a “globalização” ou “globalizações”.<sup>6</sup>

A “globalização”, termo inglês, que encontra na expressão francesa “mundialização do capital” - de acordo com renomados autores da escola francesa, como Michalet e Chesnais - um sinônimo mais apropriado, traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta globais.

Acerca desse fenômeno, afirma Chesnais:

[...] A globalização é um fenômeno complexo, que na esfera produtiva, se manifesta pela abertura das fronteiras, estimulando o comércio exterior, e, sobretudo, por um “boom” do investimento estrangeiro direto. Por isso, a firma multinacional aparece como o ator principal da globalização. Na esfera financeira, a globalização é ainda mais avançada, e observa-se a existência de uma enorme massa de capital líquido, com alta mobilidade internacional, em grande parte desconectada da esfera produtiva. (CHESNAIS,1994, apud, JETIN,1997, p.47).

Na percepção desse autor, contudo,

[...] a mundialização do capital deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas. (CHESNAIS, 1996, p.32).

---

<sup>6</sup> Ver Santos, 1997, p. 105-123.

Na prática, percebo a globalização ou mundialização do capital, como um fenômeno multifacetado, que longe de transformar o mundo numa “aldeia global”, tomando aqui emprestado a expressão de Otavio Ianni (1977), tem acentuado as diferenças entre as nações, principalmente quando se percebe o seu aspecto excludente em relação às regiões mais pobres do planeta.

Quando me refiro à globalização como um fenômeno complexo é porque percebo o desenvolvimento desigual em suas múltiplas dimensões: econômica, social, política e cultural. Destarte, o que chamamos de globalização traduz, na realidade, conjuntos diferenciados de relações sociais, dando origem aos mais diferentes conflitos, embora, em última instância, esses conflitos tenham como base o maior e eterno conflito entre capital e trabalho, evidenciado por Marx.<sup>7</sup>

A “globalização” é, na perspectiva de um todo complexo, “[...] um processo pelo qual determinada entidade local consegue estender sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival”. (SANTOS, 1997, p.108).

É importante ressaltar sobre esse fenômeno, duas formas de globalização: o **localismo globalizado** e o **globalismo localizado**. A primeira consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, como por exemplo: a atividade mundial das empresas multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca, ou, a globalização do *fast food* norte-americano. A segunda se refere ao impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais são, por essa via, desestruturadas e reestruturadas de modo a atender a esses

---

<sup>7</sup> KARL, Marx. **O capital**: crítica da economia política. V.1, 13 ed. Livro 1: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 1989.

imperativos transnacionais, como por exemplo: enclaves de livre comércio ou zonas francas, desflorestamento e destruição maciça de recursos naturais para pagamento da dívida externa, ou, a conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação como parte do “ajustamento estrutural”. (SANTOS, 1997, p.109)

Aqui, na minha visão, impõe-se o caráter de subjugação e exploração dos países centrais aos países periféricos uma vez que, o padrão definido atualmente para a divisão internacional da produção da globalização é o seguinte: os países centrais especializam-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos é imposta a escolha de globalismos localizados, a estes últimos, resta seguir uma lógica adaptativa às exigências do Centro.

Diante dessa lógica adaptativa, e da subordinação e dependência dos Estados-Nações periféricos às economias dos países centrais, ocorre com a globalização, um processo de evasão de recursos naturais e de divisas dos primeiros para os segundos, comandado pelo avanço das empresas transnacionais e favorecido pelo enfraquecimento do poder político do Estado, cuja resultante é o colapso do esboço de *Welfare State* nos países da periferia.

Vale lembrar que o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação. Entretanto, uma vez emperrado este processo dinâmico de expansão e acumulação, as conseqüências serão sempre devastadoras. Dessa forma, mesmo sob a “normalidade” de perturbações e bloqueios cíclicos relativamente limitados, a destruição que acompanha as conseqüentes crises socioeconômicas e políticas pode ser enorme, as duas guerras mundiais, são um exemplo claro dessa realidade.

Assim, a “globalização” (tendência que emana da natureza do capital desde o início), na realidade, significa o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação. No plano da política neoliberal, totalizadora, corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais ou menos, poderosos, atribuída pela relação de forças em vigor na ordem de poder do capital global.

Vale ressaltar aqui a concepção braudeliana de estruturação da economia mundial em três andares: o da produção material, o da circulação ou do mercado, e o das altas finanças, sendo que neste último, “[...] o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas, do poder político”. (ARRIGHI,1997,p.07), evidenciando a forma como o capital financeiro encontra-se no cerne das mudanças espaciais no alto comando da economia mundial.

Em *A ilusão do desenvolvimento* (1997), Arrighi analisa a estratificação do sistema econômico mundial, desenvolvendo os conceitos de núcleo orgânico, semiperiferia e periferia.

O **núcleo orgânico** constitui um grupo de unidades econômicas e estatais localizadas no ocidente, diferenciadas e engajadas em cooperação e competição mútuas, que se mantiveram, no último século, no topo da hierarquia global da riqueza, estabelecendo os padrões que todos os demais governos tentam imitar.

A **semiperiferia** é representada por um número significativo de Estados que permanecem estacionados numa posição intermediária entre a “maturidade” e o “atraso”, ou entre o “centro” e a “periferia”, referindo-se claramente às teorias da modernização e da dependência, respectivamente. Neste núcleo estariam alguns

países latino-americanos, como Brasil, Argentina, Chile e México, assim como, a África do Sul, a maior parte dos países do sul e do leste europeu, incluindo a URSS.

Na **periferia** encontram-se os demais países, que amargam as mazelas geradas pela exclusão capitalista.

A partir do conceito de semiperiferia de Wallerstein (1979), que supõe uma economia mundial, estruturada nas relações núcleo orgânico-periferia, observando, contudo, que essas relações não ligam economias nacionais ou regionais, mas, atividades econômicas estruturadas em cadeias de mercadorias que atravessam fronteiras nacionais, afirma Arrighi que todos os Estados incluem dentro de suas fronteiras atividades tanto do núcleo orgânico como da periferia.

Dessa forma,

[...] alguns (países do núcleo orgânico) incluem atividades predominantemente do núcleo orgânico, e alguns (países periféricos) incluem atividades predominantemente periféricas. Conseqüentemente, os primeiros tendem a ser o *locus* de acumulação e poder mundiais, e os segundos, o *locus* da exploração e da impotência. (ARRIGHI, 1997, p. 140).

Nessa perspectiva, os países semiperiféricos são definidos como aqueles que incluem, dentro de suas fronteiras, uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e atividades periféricas. Essa combinação faz com que esses Estados consigam resistir à periferização, sem, contudo, superá-la, passando para o núcleo orgânico.

Destarte, o projeto desenvolvimentista que sustentou entre os anos 50 e 80 (no nosso caso, o ideário do Brasil potência), a possibilidade de redução do fosso entre o nível de riqueza do núcleo orgânico capitalista e o do resto do mundo (periferia e semiperiferia), com base em políticas de modernização e industrialização nacionais

comandadas pelos Estados Unidos, apenas ampliou ainda mais a distância entre esses dois mundos.

O ponto fundamental a considerar aqui, e que é salientado por Wallerstein, é que no interior da economia capitalista mundial, por definição, todos os Estados não podem desenvolver-se simultaneamente, uma vez que o sistema funciona pautado na existência de regiões desiguais de núcleo orgânico e de periferia.

Nesse contexto, o papel totalizador do Estado moderno é essencial:

[...] Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. Além do mais, o Estado deve também assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente. Nessa função, cabe a ele prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada “infra-estrutura” ao fornecimento de serviços de seguridade social) [...].(MÉSZÁROS, 2002,p.110, grifo nosso).

Acerca do papel totalizador do Estado duas funções se destacam: intervenção totalizadora e ação corretiva. Assim,

[...] os processos reprodutivos materiais do sociometabolismo do capital e as estruturas política e de comando de seu modo de controle sustentam-se reciprocamente enquanto o desperdício inevitável que acompanha esse relacionamento simbiótico não se tornar proibitivo, do ponto de vista da produtividade social. (MÉSZÁROS, 2002,p. 110)

Em outras palavras, os limites externos em que se pode reconstituir e administrar, dessa maneira singular, a correlação problemática entre **produção e consumo** na base fragmentada da ordem sociometabólica do capital são determinados pela extensão em que o Estado moderno pode eficazmente contribuir para a necessidade irresistível de expansão e acumulação do capital, em vez de tornar-se para ele um peso materialmente sustentável.

Convém ressaltar que Mézáros define o **sistema de sociometabolismo do capital** como o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital. Para ele, o sistema de sociometabolismo do capital é poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado, “[...] sendo que estas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas e é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema”. (MÉSZÁROS, 2002, p.16).

No contexto da “globalização”, o papel do Estado moderno ou “pós-moderno” ou ainda, “cosmopolita”, na mediação das contradições entre produção e circulação é igualmente importante uma vez que:

[...] historicamente, as estruturas corretivas global e de comando político do sistema do capital se articulam como Estados nacionais, embora como modo de reprodução e controle sociometabólico ( com seu imperativo de circulação global) seja inconcebível que tal sistema se confine a esses limites. (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

No presente contexto,

[...] a única forma pela qual o Estado pode tentar resolver essa contradição é com a instituição de um sistema de “duplo padrão”: em casa (ou seja, nos países “metropolitanos” ou “centrais” do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na “periferia subdesenvolvida”, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração. (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

Assim, no seu papel de agente totalizador da criação da circulação global a partir das unidades socioeconômicas internamente fragmentadas do capital, o Estado



comporta-se de forma distinta em suas ações internacionais e no plano da política interna. No plano da política interna,

[...] é necessário o cuidado de evitar – até onde for compatível com a dinâmica variável da acumulação do capital – que a inexorável tendência à concentração e à centralização do capital leve à eliminação prematura de unidades de produção ainda viáveis (ainda que menos eficientes, se comparadas a seus irmãos e irmãs maiores), pois fazê-lo afetaria desfavoravelmente a força combinada do capital nacional total em tais circunstâncias. (MÉSZÁROS, 2002, p.113).

É por isso que se introduzem certas medidas legais autenticamente antimonopolistas, se as condições internas exigirem e as condições gerais permitirem.

Entretanto,

[...] essas mesmas medidas são postas de lado sem a menor cerimônia no instante em que a alteração dos interesses do capital nacional combinado assim o decretar, fazendo com que toda crença no Estado – estrutura de comando político do sistema do capital – como guardião da “saudável competição” contra o monopólio em geral se torne não apenas ingênua, mas inteiramente contraditória. (MÉSZÁROS, 2002, p.113).

Em compensação, no plano internacional,

[...] o Estado nacional do sistema do capital não tem nenhum interesse em restringir o impulso monopolista ilimitado de suas unidades econômicas dominantes (...). É por isso que o relacionamento entre o Estado e as empresas economicamente relevantes neste campo é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente o papel de facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior. (MÉSZÁROS, 2002, p.113).

Na percepção de Gowan (2003), a globalização representa nos anos 90, um claro projeto do governo e das elites empresariais norte-americanos de firmar os Estados Unidos como “[...] o poder que controlará os principais resultados econômicos e políticos em todo o planeta no século XXI” (GOWAN, 2003, p.09).

Tal projeto envolve duas estratégias para alterar o ambiente interno e externo dos demais países induzindo-os à aceitação da dominação norte-americana. A

primeira, destinada a transformar os ambientes internos dos demais países, denominou-se de neoliberalismo. Enquanto que a segunda, destinada à transformação dos ambientes externos dos Estados, constitui-se na globalização que,

[...] envolve a abertura da economia política de um país à entrada de produtos, empresas, fluxos e operadores financeiros dos países centrais, tornando a política governamental dependente dos acontecimentos e decisões tomadas em Washington, Nova York e outros importantes centros capitalistas. (GOWAN, 2003, p. 10).

Dessa forma, as duas estratégias alimentam-se mutuamente, servindo ao projeto de dominação imperialista dos Estados Unidos. Por um lado, “[...] a alteração nas relações do poder social interno, conhecida como neoliberalismo, fortalece as regiões, favorecendo a globalização”. No outro extremo, [...] “as forças que favorecem a globalização irão facilitar aquelas mesma transformações internas” (GOWAN, 2003, p.10).

As duas formas de mudança favorecem a expansão internacional da influência econômica e política norte-americana, na medida em que ambas, “[...] proporcionam aberturas para as operadoras e os mercados financeiros, bem como, para as corporações transnacionais americanas” (GOWAN, 2003, p.10).

Nesse jogo de dominação global, os países e sistemas sociais que tentam resistir a essas mudanças são excluídos do mercado dos Estados Unidos e da União Européia e submetidos a uma política econômica hostil, permanecendo sob a vigilância norte-americana. Além das sanções e embargos econômicos, em último caso, os Estados Unidos utilizam o cerco militar, comandando as forças da OTAN, favorecendo-se de sua liderança política sobre a Europa Ocidental.

Para Habermas (2000), o aparecimento do Estados modernos coincide com a fase mercantilista do capitalismo (século XVI), tendo como função, a coordenação de recursos materiais e humanos das nações.

Quanto ao nascimento dos Estados nacionais nos países “semiperiféricos” ou “periféricos”, ocorreu a partir do pós-guerra (1945), quando a descolonização impôs a todos os países uma forma semelhante, mesmo em sua aparência, de Estados Nacionais, mas, poucos possuem a infra-estrutura e a capacidade de mobilização dos verdadeiros Estados Nacionais, o que os torna, na maioria de suas ações, funcionais ao sistema do capital.

No caso específico do Japão, indiscutivelmente a segunda economia mais forte da atualidade, há um Estado nacional coeso, apesar de exercer um papel de transmissor e receptor do transnacionalismo do capital e da cultura. Enquanto que, nos Estados Unidos, a primeira economia do mundo contemporâneo, o peso do comércio nacional sempre foi maior que o do comércio exterior. O capitalismo norte-americano é propriedade mais nacional do que qualquer outro país europeu.

Por outra ótica, Farias, partindo da hipótese de que o Estado e o capital compõem um todo orgânico, afirma que suas influências recíprocas devem ser analisadas nas perspectivas da natureza capitalista do Estado e do papel deste nas relações capitalistas. Logo, a natureza do Estado na dimensão essencial, se determina por uma interação dialética entre a divisão capitalista do trabalho e a luta de classes.

[...] Por um lado, o Estado é uma forma social e histórica cuja estrutura tem por manifestação fenomênica o governo, formado pelos aparelhos e pela legitimidade de Estado. Já a essência do Estado reside na luta de classes, que gira em torno da divisão capitalista do trabalho, construindo o Estado propriamente dito. (FARIAS, 2000, p. 07).

No que se refere ao papel do Estado em relação às experiências de desenvolvimento “desigual e combinado”, exigidas para a manutenção do atual sistema internacional do capital, afirma Farias:

[...] Nas experiências de desenvolvimento desigual e combinado, o Estado assume dois papéis distintos, a saber: um sobre o conjunto do território e o outro sobre as suas partes. Referem-se respectivamente, à expansão no espaço das relações capitalistas dominantes (divisão capitalista do trabalho) e à articulação espacial de todas as relações produtivas existentes numa formação econômica e social dada (divisão regional do trabalho). As ações para a articulação dos espaços englobados e dos espaços locais não levam à superação do desenvolvimento desigual e combinado, mas à globalização, que aumenta a submissão dos processos de trabalho periféricos aos processos de valorização centrais. (FARIAS, 2000, p.44)

Assim, nas diversas situações históricas, as reestruturações dos processos produtivos articulam-se com as grandes transformações do Estado capitalista moderno. Tal fato relaciona-se à função do Estado “em si”, ou seja, como mediador das relações mercantis simples e desenvolvidas, nos diversos níveis dos capitais (capital em geral e capitais numerosos). Dessa forma, o advento do fordismo no final dos anos 20, delimita a passagem do Estado liberal ao Estado social. Com o pós-fordismo, por sua vez, a partir da crise sistêmica dos anos 70, ocorreu a passagem do Estado social ao Estado pós-moderno. Sendo que, este último, apresenta mudanças em relação ao Estado moderno, tanto em sua natureza, quanto em seu papel. (FARIAS, 2000, p.07).

Dessa forma, diante do fenômeno da globalização ou mundialização do capital,

[...] a intromissão estatal passou da regulação e do disciplinamento para a pacificação e o controle dos fatores de produção e, portanto, a questão social se tornou uma questão de polícia [...]. (FARIAS, 2000, p.04).

Nesse sentido, convém ressaltar que cada Estado, independente de sua posição no sistema do capital, tem jurisdição formal sobre o movimento das mercadorias, bens, força de trabalho, e energias empresariais além e dentro de suas fronteiras, podendo, portanto, agir em maior ou menor grau sobre as modalidades pelas quais a divisão social do trabalho opera. O que significa dizer que os Estados podem, ao restringir ou aumentar a liberdade de assumir ou iniciar atividades econômicas específicas, melhorar algumas atividades para fazê-las alcançar o status de núcleo orgânico e rebaixar outras ao status periférico, agindo assim sobre a própria estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial.

Entretanto, numa economia capitalista mundial constituída de uma multiplicidade de jurisdições de Estado e continuamente sujeita a choques endógenos das inovações nas funções produtivas, o poder que cada Estado tem de dar forma às relações núcleo orgânico-periferia é sempre limitado pelo poder que os outros Estados têm de fazer o mesmo e, principalmente, pelas pressões competitivas geradas continuamente pelas inovações econômicas.

É neste contexto, que a abertura das fronteiras nacionais ao investimento estrangeiro direto - exigida pela nova fase da acumulação capitalista mundial - que se configura nas duas últimas décadas, atinge os países semiperiféricos e periféricos, estendendo-se claramente, somente às regiões onde existem recursos e mercados.

A crise sistêmica vivenciada pelas economias capitalistas centrais a partir dos anos 70, resultante do esgotamento da revolução organizacional norte-americana, e que se manifesta através da superação do modelo fordista/keynesiano, enseja uma

corrida ao corte de custos, em função do acirramento da competição no sistema interempresas.

Para Arrighi (1997), essa corrida ao corte de custos manifesta-se de três formas:

- a) Substituição de fontes de mão-de-obra remunerada mais caras por outras mais baratas no interior de todos os Estados do núcleo orgânico. Destacando-se, nesse aspecto, a feminização da força de trabalho remunerado e o uso de mão-de-obra imigrante de primeira geração, freqüentemente ilegal;
- b) Substituição de fontes de mão-de-obra mais caras por outras mais baratas através de fronteiras de Estado, particularmente entre regiões do núcleo orgânico e da periferia. Destacando-se aqui a realocização de fábricas e a substituição de produção doméstica por importados;
- c) Substituição da força de trabalho proletária por força de trabalho intelectual e científica na produção, sendo a automação e o uso de tecnologias com base científica os seus aspectos mais importantes.

A partir de então, a economia mundial mergulha num intenso e acelerado processo de transnacionalização. Entretanto, nesse processo,

[...] A economia mundial não é mais uma economia internacional, mas uma economia transnacional em sentido duplo: seus movimentos constitutivos ao mesmo tempo atravessam as diferentes economias nacionais, prejudicando sua coerência e autonomia, e ultrapassam-na, ao procurarem emancipar-se dos limites do Estado-Nação sem, entretanto, consegui-lo totalmente. Daí o caráter contraditório do espaço mundial atual, feito ao mesmo tempo de homogeneização, através dos fluxos de mercadorias, de capitais, de mão-de-

obra, de tecnologias de informações, e de fragmentação, devido à persistência dos Estados-Nações, e de hierarquização, imposta pelos desenvolvimentos desiguais sobre os quais repousa a divisão internacional do trabalho. (BIHR, 1998 apud BARBOSA 2002, p.07, grifo nosso).

A contra-ofensiva para superação dessa nova crise do capital evidenciada nos anos 70 é o avanço e consolidação do neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Dessa forma, o capital passa a buscar novas formas de enfrentamento às limitações impostas pelo trabalho, criando novas formas de organização e gerenciamento do trabalho para racionalizar e potencializar o consumo produtivo da força de trabalho.

Com efeito,

a chamada reestruturação produtiva com seus programas de qualidade, reengenharia ou produção enxuta “despecializa” o trabalhador especializado que fora adestrado sob o fordismo. Ao invés de uma divisão rígida de ocupações, as empresas buscam um trabalhador flexível, que possa executar diferentes tarefas. Assim, como as empresas foram levadas a reconstituir, na prática, a unidade das diferentes formas de existência do capital, a reestruturação produtiva, com seus novos métodos e técnicas de contratação e gerenciamentos, recompõe a unidade das diferentes fases do processo de trabalho, recriando um novo tipo de trabalhador coletivo combinado. [...] Para realizar essas transformações na organização interna do trabalho o capital enfrentar a resistência dos trabalhadores e impelido a readequar os elementos subjetivos do processo de trabalho à nova forma de produção de mercadorias. Para tanto, é preciso remover os obstáculos institucionais que anteriormente regulamentava a compra e a venda da força de trabalho. Daí a ofensiva contra os sindicatos e a toda e qualquer legislação protetora do trabalho. (TEIXEIRA, 2000 apud BARBOSA, 2002, p.09).

No que se refere ao neoliberalismo, suas políticas de neutralização das lutas sociais sustentam-se sobre os itens dispostos na agenda do “Consenso de Washington” (1991): estabilização, privatização, liberalização, desregulamentação, e austeridade fiscal, ensejando uma verdadeira “cruzada” no sentido de reverter conquistas históricas do trabalho sobre o capital.

Nesse sentido,

[...] as políticas neoliberais (desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas; privatização de empresas públicas; sucateamento da previdência

social; desmonte do movimento sindical) possibilitaram ao capital implementar a sua ofensiva contra o trabalho vivo, por meio do uso intensivo de tecnologias aplicadas à produção industrial. (BARBOSA, 2002, p.30-31).

No Brasil, a reestruturação produtiva ocorre de forma articulada aos modelos de desenvolvimento econômico implementados pelos diversos governos que comandaram o país a partir do ciclo de industrialização pesada da década de 50.

Nesse aspecto convém destacar o papel decisivo do Estado capitalista brasileiro como mediador da penetração do modo de produção dominante das economias centrais nesse espaço periférico, assumindo suas funções tanto no que se refere à gestão do espaço territorial como regional.

Assim, especificamente no caso brasileiro, o planejamento,

[...], emerge aqui como uma forma da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que tomam a aparência de conflitos inter-regionais; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da “integração nacional”.(OLIVEIRA,1981 apud FARIAS, 1996, p.24).

A partir da redefinição espacial das regiões Norte e Nordeste que ocorre no período “pós-milagre econômico” brasileiro, com a implantação dos grandes projetos industriais de desenvolvimento voltados para a região amazônica, com vistas à “integração” nacional, o Maranhão um espaço periférico dentro da semiperiferia, insere-se no processo de transnacionalização do capital, obviamente como um *lócus* de exploração.



## **2.2 A economia brasileira no contexto da nova configuração capitalista mundial.**

Na percepção de que qualquer tentativa de análise e interpretação da atuação da ALCOA e das conseqüências dessa atuação no Maranhão, além de evidenciar os determinantes endógenos específicos de sua formação econômico-social, precisa estar vinculada a um processo mais amplo de crescimento da economia nacional, em função da subordinação desta última, às economias capitalistas avançadas, considero necessária, a compreensão da dinâmica que comandou o processo de integração da economia regional, a partir do final da década de 60, com a Operação Amazônica.

É igualmente necessária, a compreensão dos problemas, quer de origem exógena, quer de natureza endógena que, na década subsequente, passaram a emperrar o processo nacional de acumulação. Ou seja, do modelo nacional de crescimento vigente nesse período, que se originou no ciclo expansivo da economia nacional de fins da década de 50, bem como, de seu comportamento cíclico, próprio das economias de industrialização tardia e, da modalidade e penetração, na periferia, do capital internacional, sob a forma de capital diretamente produtivo.

A industrialização brasileira da década de 50 é o resultado de uma redefinição da divisão internacional do trabalho após a segunda guerra mundial.

Após esse período, a reorganização do aparelho produtivo capitalista, fortemente afetado pelo segundo grande conflito interimperialista incorpora algumas características básicas:

- a) A recuperação das grandes economias centrais capitalistas afetadas pelo conflito, acompanhada pela incorporação ao processo produtivo geral das novas tecnologias produzidas pela economia de guerra;
- b) A necessidade de redimensionar o mercado mundial, tendo em vista que o aumento da produtividade geral, resultante das novas tecnologias, exigia a reorganização do suporte básico da acumulação, agora definida sob um novo perfil: o seu mercado consumidor.

A industrialização das áreas retardatárias serviria ao processo geral de acumulação capitalista, na medida em que esses novos espaços incluíveis como espaços industriais oferecessem três condições básicas para sua expansão:

- a) Mercado amplo e recente;
- b) Matérias-primas baratas e abundantes;
- c) Mão-de-obra barata e abundante.

Por oferecer essas condições, o Brasil passou a ser um *locus* de implantação dos investimentos que subtendiam a redistribuição espacial, em nível internacional, do aparelho de produção capitalista.

As linhas de produção exportadas pelos países centrais a países periféricos da Ásia e América latina, como no caso do Brasil, concentraram-se na produção de bens de consumo duráveis, destinada aos mercados de consumo de massa.

Com efeito, a economia brasileira experimenta um ciclo expansivo (1956-61), com o Plano de Metas e a estruturação da indústria nacional.

Com relação a esse período, de acordo com Oliveira (1977), o padrão de acumulação, cujas bases foram assentadas no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, teve sua plataforma de sustentação já na primeira metade dos anos 50, com a ditadura Vargas.

O padrão de acumulação intentado então para a economia, fundamentava-se numa prévia expansão do setor de bens de produção, o que poderia fundar as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três departamentos básicos: - o produtor de bens de produção, o de bens de consumo não duráveis e o de bens de consumo duráveis, I, II e III, respectivamente.

Entretanto, a implementação desse padrão de acumulação esbarrava tanto no que diz respeito ao financiamento externo, como no próprio financiamento interno, este último inviabilizado principalmente devido ao caráter político peculiar do “pacto populista”, que impossibilitava o Estado de realizar uma reforma fiscal, vital para a dinamização do financiamento interno. Por essa razão, o padrão de acumulação descrito não chegou a concretizar-se totalmente.

Contudo, mesmo tendo sido só parcialmente implementado, o padrão de acumulação do período Vargas, permitiu a formação de um excedente, em mãos do setor privado da economia, capaz de lançar as bases para a estruturação da indústria nacional, proposta no período subsequente.

Na ótica de Lessa (1981), o Plano de Metas constituiu-se num conjunto de objetivos setoriais que visava a industrialização do país, destacando-se os seguintes:

1. inversões diretas do governo no sistema de transporte e geração de energia;
2. inversões para ampliação ou instalação de setores produtores intermediários, principalmente o siderúrgico;
3. inversões para instalação de indústrias produtoras de bens de capital e;
4. inversões na construção da nova sede administrativa do país. Ressalta ainda, que as indústrias produtoras de equipamentos tinham como meta básica, a produção de bens de capital, abrangendo as indústrias automobilísticas, de construção naval, mecânica e de material elétrico pesado.

A política econômica do período compreendia: - a entrada de capitais estrangeiros, principalmente sob a forma de empréstimos; - a participação direta do setor público; - estímulo às inversões privadas prioritárias e o tratamento do problema da estabilidade.

A transformação da estrutura da economia, que deveria, de acordo com o Plano, fundar-se em bases industriais, deixava em segundo plano: - o equilíbrio de preços; - a situação da balança de pagamentos, bem como as áreas monetárias, fiscal e cambial.

Por outro lado, devido à existência de um sistema financeiro intermediário orientado basicamente para servir a uma economia mercantil e de um setor público desprovido de instrumentos eficazes de captação de recursos, o financiamento do Plano implicaria na intensificação de desequilíbrios no quadro geral da economia.

Em *A crise do "milagre"* (SINGER,1982), percebo claramente, que a forma encontrada para o financiamento dos projetos decorrentes do Plano de Metas foi encaminhar aos ramos privilegiados; capital público e capital privado subsidiado.

Numa primeira etapa, o setor que liderou o processo foi da construção civil, graças ao volume de obras públicas, destacando-se nesse aspecto, a construção de Brasília entre 1955 e 1957.

Posteriormente, quando os investimentos industriais começaram a amadurecer, a liderança ficou a cargo da indústria de transformação. Entretanto, o autor chama atenção para o fato que os recursos necessários tanto para serem diretamente investidos pelo Estado, como para subsidiar o capital privado, foram gerados principalmente mediante déficits no orçamento da União, cobertos por emissão de moeda. A resultante disso, como bem sabemos, foi um processo inflacionário crônico que se tornou o "grande problema nacional" para os governos subseqüentes, em detrimento de preocupações com o crescimento da pobreza e marginalidade no país.

O padrão de acumulação de capital imposto no novo ciclo centrava-se, agora, numa expansão sem precedentes do Departamento III da economia (produtor de bens de consumo duráveis). Esta forma de expansão viabilizou-se, até certo ponto, pela concentração de renda gerada no período anterior.

O padrão de acumulação desse período pretendia fundar de um só golpe o Departamento III, devendo-se sanear as dificuldades antepostas pelas relações de proporcionalidade entre um Departamento I (produtor de bens de produção), apenas parcialmente esboçado e quantitativamente insuficiente, e um Departamento III, cujas dimensões sobrepujavam a capacidade de produção interna do Departamento I, restabelecendo o tipo de relação centro-periferia. (OLIVEIRA, 1977).

Após esse ciclo expansivo, a economia brasileira experimenta um período recessivo (1961-67), com o esgotamento do modelo de crescimento proposto pelo Plano de Metas, decorrente do aumento do endividamento interno e externo da economia brasileira.

Na visão de Monteiro da Costa, após

[...] estabelecidas as condições objetivas para a superação da fase cíclica recessiva (1961-1967) acarretada basicamente pela desaceleração do dinamismo dos setores econômicos motrizes que lideram a fase de crescimento propiciada pelo Plano de Metas e a solução do impasse político subjacente ao já exaurido pacto desenvolvimentista/populista, esta voltou a experimentar, respaldada no tripé formado pela aliança dos capitais estatal, multinacional e nacional privado, novo ciclo expansivo, que perdurou até 1973 [...]. Consolidou-se, então, a compatibilidade e a funcionalidade da economia brasileira tanto com o processo de internacionalização do capital quanto com o de ampliação do espaço econômico nacional, e gradativa incorporação efetiva das periferias potencialmente atrativas em função do dinamismo que experimentava o "centro industrial" do país. (COSTA, 1987, p.06).

No Brasil, o período entre 1964-84, foi marcado pelo autoritarismo no campo político e por oscilações no campo econômico, passando do “milagre” econômico brasileiro para a crise dos anos 80. As oscilações econômicas são atribuídas a condicionantes internos, decorrentes das variações cíclicas da economia industrial brasileira, e externos, refletindo os choques ocorridos na economia mundial e a forma subordinada de inserção dessa economia no sistema internacional do capital.

A esse período são atribuídas quatro fases, resumidas a seguir:

- **1964-67:** caracterizada pela estagnação em função da política de estabilização e pela realização de profundas mudanças institucionais visando adaptar os instrumentos de política econômica, a forma de interação dos agentes privados com o Estado e a forma de inserção da economia brasileira na economia mundial ao novo estágio econômico do país e ao modelo de desenvolvimento pretendido;
- **1968-73:** fase do “milagre econômico”, onde o país colheu os frutos do processo de ajustamento do período anterior e aproveitou-se de um contexto internacional favorável, apresentando elevadas taxas de crescimento com relativo controle inflacionário;
- **1974-79:** nesta fase, tanto em função de condicionantes internos (desequilíbrios intersetoriais) como em função de condicionantes externos (primeiro choque do petróleo), a economia apresentava uma tendência à retração do crescimento. Contrapondo-se a essa tendência, o Estado implantou um ambicioso programa de

investimentos (II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento), visando sustentar as taxas de crescimento, o que ocorreu acompanhado de elevação na inflação e aprofundamento do endividamento externo;

- **1980-84:** período marcado pelos impactos do segundo choque do petróleo e principalmente pelo choque dos juros internacionais, que evidenciaram a vulnerabilidade da economia brasileira a uma crise cambial, buscou-se um ajustamento externo para fazer frente ao pagamento dos juros da dívida internacional, tendo como consequência profunda recessão interna, grande elevação nas taxas inflacionárias e, principalmente a falência do Estado.

Ressalto que o período 1968-73, caracteriza-se pela expansão da economia brasileira, respaldada principalmente na aliança dos capitais estatal, multinacional e nacional privado. Nesse período, a equipe governamental do governo militar de Costa e Silva, passa a priorizar a retomada do crescimento econômico em vez de prosseguir no combate inflacionário, meta prioritária, até o governo do também militar, Castelo Branco.

O ciclo expansivo da economia brasileira, iniciado em 1968, teve como causa básica uma política liberal de crédito, que encontrou essa economia - após vários anos de recessões - com subutilização da capacidade produtiva, com altas taxas de desemprego, custo reduzido de mão-de-obra pouco qualificada e, uma alta propensão ao consumo pelas camadas sociais de rendas elevadas. Além do controle sobre o nível



do salário real dos trabalhadores, o governo instituiu também um sistema de controle dos preços dos principais produtos industriais, ministrado pela Comissão Interministerial de Preços (CIP), como medidas para conter a inflação.

O controle inflacionário fundamenta-se nesse período pelo controle que o governo exerce sobre o sistema de crédito, facilitado pela atuação do Banco do Brasil, que por ser público, possibilitava uma maior centralização do poder político, mas, principalmente, pelo controle exercido sobre os salários, o que só se explica pelas circunstâncias políticas específicas vivenciada no país nesse período. É precisamente esse controle efetivo dos salários que dá consistência ao conjunto da política econômica.

Entretanto, a nova política trabalhista imposta após o golpe de 64, apesar de ter sido um importante fator para que a economia brasileira alcançasse elevadas taxas de crescimento a partir de 68, resultou numa sensível deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

Pelo fato de nesse período a economia brasileira contar com uma oferta praticamente ilimitada de força de trabalho - provocada pelo contínuo aumento da população urbana por crescimento vegetativo e por imigração - um maior liberalismo creditício estimula as atividades produtivas, sem desencadear novas pressões inflacionárias, enquanto a contenção do crédito leva a uma queda do nível de atividades, mas, efetivamente reduz a inflação.

Outro fator responsável por essa fase de ascensão do ciclo seria a importação de capitais, de que a dívida externa nacional tornou-se a expressão.

De fato, durante o regime militar ocorreram importantes alterações na relação da economia brasileira com o resto do mundo, destacando-se nesse aspecto a ampliação do endividamento externo na década de 70 e sua crise nos anos 80.

O Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND), programa básico do governo para o período 1974-79, impulsiona ainda mais a aliança entre os capitais, estatal, multinacional e nacional privado.

Em nível externo, verifica-se na economia mundial, um período de ajustamento ao primeiro choque do petróleo e ao colapso definitivo de *Bretton Woods*, com a generalização do regime de taxas de câmbio flutuantes nas economias centrais.

Em nível interno, coincide com a desaceleração do crescimento econômico produzido no período do “milagre”, o que fez com que o governo brasileiro opta-se pela estratégia de “crescimento com endividamento” como meio de realizar o ajustamento externo da economia nacional.

O II PND, um amplo conjunto de investimentos com ênfase nas indústrias básicas e na infra-estrutura, reestruturando a matriz energética, contemplava os seguintes setores:

1. Insumos básicos, metais não-ferrosos, exploração de minérios, petroquímica, fertilizantes e defensivos agrícolas, papel e celulose;
2. Infra-estrutura e energético – ampliar a prospecção e produção de petróleo, energia nuclear, ampliar a capacidade produtiva de energia hidroelétrica (Itaipu) e substituir a utilização de derivados de petróleo por energia elétrica,

programa do álcool (PROALCOOL) para substituir a gasolina, expandir o transporte ferroviário (Ferrovia do Aço), ampliar a exploração e utilização de carvão;

3. Bens de capital: fornecendo garantia de demanda, de incentivos fiscais (crédito do IPI sobre compra de equipamentos, depreciação acelerada, isenção de imposto de importação, etc.), incentivos creditícios, reservas de mercado (Lei da Informática), garantia de política de preços para o setor privado.

As ações estratégicas do II PND praticamente encerram a construção da matriz industrial brasileira (excetuando-se os setores tecnologicamente de fronteira), e embora ele possa ser considerado como uma continuidade do processo de “substituição de importações” significou uma completa mudança nas prioridades do processo de industrialização, até então centrado nos bens de consumo duráveis, em favor de um crescimento fundamentado no setor produtor de meios de produção.

O II PND tinha, portanto, como principal objetivo, superar a crise sem sacrificar o desenvolvimento. Para tanto, o Plano identificava na ampla liquidez internacional a possibilidade de prosseguir com o crescimento sem a necessidade de ter que gerar no curto prazo o excedente necessário para realizar a transferência requerida aos países da OPEP.

Assim,

[...] o financiamento externo permitiria a obtenção de recursos necessária para fechar o Balanço de Pagamentos no curto prazo; por outro lado, os investimentos realizados no sentido de completar a matriz industrial brasileira, além de

permitirem avanços na capacidade de exportar da economia, gerariam no futuro a poupança requerida para a realização da transferência externa (pagamento da dívida). (GREMAUD at al, 1997, p.192) .

Entretanto, havia dois pontos de estrangulamento no referido Plano:

1. O financiamento: que ao ser realizado, via intervenção direta do Estado no investimento, através de empresas estatais, subsídios e crédito, teve como contrapartida o aumento do passivo estatal;
2. A questão distributiva: o Plano visava além de resolver o problema da geração de divisas e a desproporcionalidade da estrutura produtiva, a diminuição nas disparidades de distribuição de renda regional e pessoal. No entanto, como a manutenção do crescimento exigia altas taxas de investimento, resolver esse problema implicaria em diminuir a capacidade de acumulação, logo, “primeiro o bolo deveria crescer para depois distribuir”, o que resultou mais uma vez no adiamento do problema.

Nesse período houve efetivamente, em função dos principais objetivos do II PND, um considerável aumento na capacidade do país em transformar recursos domésticos em divisas. ( BATISTA, 1987).

Na década de 80, o Brasil vivencia uma profunda crise econômica, precipitada pelo choque nas taxas de juros internacionais e pelo estancamento do fluxo voluntário dos recursos externos, quando se evidencia a crise da dívida externa em 1982.

Na primeira metade dos anos 80, a crise cambial ditou a política econômica brasileira, buscando-se o ajuste externo, a qualquer custo, através da geração de superávits comerciais que pudessem honrar os compromissos da dívida externa, o que foi acompanhado da falência do Estado, que em termos econômicos, seria creditada à crise fiscal-financeira em que este mergulhara ao manter o padrão de financiamento com base nos fundos de poupança compulsória.

Os anos 80 refletiram também o esgotamento de um modelo de desenvolvimento que perdurou por quase meio século na economia brasileira.

Com efeito,

[...] O II PND pode ser colocado como o último suspiro do processo de substituição de importações centrado no Estado desenvolvimentista. O modelo de desenvolvimento havia conseguido levar a industrialização ao “seu estágio final”, mas não conseguiu internalizar o progresso técnico nem tampouco uma indústria capaz de enfrentar a concorrência internacional. Assim, a crise dos anos 80 não se refere a uma crise conjuntural, mas, uma crise do próprio desenvolvimento.(GREMAUD et al, 1997, p.196).

Em 1982, diante da ameaça de crise cambial, o governo brasileiro busca um novo acordo com o FMI e a renegociação da dívida externa. Aprofundou-se então a política de ajuste externo, agora sob a tutela do FMI, passando os condicionantes externos a ser os únicos elementos a ditar a política econômica brasileira, através da necessidade de gerar vultosos superávits comerciais para honrar os compromissos, ou seja, viabilizar a transferência de recursos para o exterior.

Diante desse quadro:

[...] o Programa Grande Carajás teria como objetivo atrair investimentos de grandes empresas multinacionais, funcionando como fonte geradora de divisas

para fazer face ao equilíbrio do balanço de pagamento em meio a uma conjuntura marcada pelo refluxo dos créditos internacionais. (BARBOSA, 2002, p. 112).

Na minha visão, esse foi o momento em que as fronteiras nacionais abriram-se definitivamente ao investimento estrangeiro direto, ou seja, ao capital multinacional.

Assim, a associação dos capitais estatal, multinacional e nacional privado, inicia a era dos grandes projetos econômicos brasileiros, voltados principalmente para a exportação, que permitem a entrada de empresas multinacionais como a ALCOA no mercado nacional.

### **3 A ALCOA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MARANHÃO**

Neste capítulo apresento um breve perfil da socioeconomia maranhense, realizando uma análise sobre o que representou o investimento ALCOA para o Maranhão, apontando os efeitos diretos e indiretos decorrentes da atuação desta empresa sobre a economia maranhense, através da utilização de alguns indicadores sociais e econômicos deste Estado.

#### **3.1 O contexto socioeconômico do Maranhão no final do século XX e início do século XXI**

A economia maranhense inicia o século XX, nas mesmas condições de isolamento do século anterior e, mergulhada numa profunda crise, pela inexistência de um produto de consumo universal, com demanda garantida interna e externamente, capaz de sustentar o seu desenvolvimento, tal como ocorreu com o café, para o eixo Rio -São Paulo, o que se reflete no desemprego dos fatores produtivos, na pobreza e na miséria da população. (FEITOSA, 1998).

Durante as décadas de 50, 60 e 70, a economia maranhense passou por importantes transformações, a partir do desaparecimento da indústria têxtil, que se constituiu a sua base de acumulação até o início do século XIX, e da sua especialização na produção de cultivos alimentares como o do arroz, feijão, milho e

mandioca, sob a forma camponesa de produção. Tais transformações definiram o papel do Maranhão na divisão de trabalho vigente no Brasil naquele período, como fornecedor de alimentos para o Centro-Sul, que se industrializava, e determinaram suas possibilidades futuras em termos de acumulação de capital. (MOREIRA, 1989). Nesse aspecto, segundo Oliveira,

[...] O desenvolvimento industrial da 'região' de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao 'arquipélago' de economias regionais até então existentes, determinadas, sobretudo, pelas suas relações com o exterior [...]. Estava-se, na verdade, em presença da implantação de um projeto de Estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que tendia a ser hegemônica; voltada agora para uma produção de valor cuja realização era, sobretudo, de caráter interno, podia mesmo impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral: essa imposição do equivalente geral criava o espaço econômico capitalista nacional unificado. (OLIVEIRA, 1989 apud BARBOSA, 2002, p. 99).

No início da década de 60, enquanto os debates socioeconômicos promovidos pela SUDENE, apontavam os desequilíbrios regionais, como produto da exploração da região mais rica do país (Centro-Sul) sobre a mais pobre (Nordeste), sem, contudo, salientar o papel e as responsabilidades das oligarquias regionais e locais no empobrecimento do Nordeste, a economia maranhense, encontrava-se numa fase relativamente próspera.

Entretanto, o mesmo não acontecia com São Luís que sofre nesse período um relativo processo de esvaziamento econômico, na medida em que surgem novas e importantes áreas de comércio em outros municípios, tais como: Bacabal, Santa Inês, Pedreiras e Imperatriz, em função da ampla distribuição das atividades comerciais no interior, proporcionadas pelo advento do transporte rodoviário. (MOREIRA, 1989).



Na versão oficial, esse esvaziamento econômico que ocorria em São Luís, foi um aspecto relevante para determinar o interesse do governo estadual na implantação do Projeto alumínio nesta capital.

Uma outra característica importante da economia maranhense, nas três décadas consideradas, é o papel do governo estadual como único agente dinâmico da economia, o que prenunciava a estagnação de seu modelo de acumulação capitalista, fundamentado apenas no desenvolvimento de suas próprias forças produtivas. Contudo, os prognósticos negativos para a economia maranhense, são alterados a partir da sua inserção nos grandes projetos econômicos da região de Carajás. (MOREIRA, 1989).

Nesse aspecto, ainda na década de 70, foram divulgadas informações mais detalhadas sobre o potencial mineral da região de Carajás, principalmente no Estado do Pará.

A partir daí, foram realizadas algumas ações do governo local, no sentido de instalarem-se em São Luís e em outros municípios maranhenses projetos ligados ao aproveitamento desses recursos. Destaca-se dentre essas ações, a criação da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio do Maranhão, cujo propósito principal consistia em empenhar-se na implantação de uma usina siderúrgica em São Luís, com previsão de produção de 16 milhões de toneladas de aço anuais, em sua fase final.

Tal projeto seria ainda associado à implantação de um pólo metal-mecânico, constituído de empresas de pequeno e médio porte. Com essa finalidade, foi

implantado em São Luís, o Primeiro Distrito Industrial maranhense, com área de aproximadamente, 133 hectares.

Na versão oficial, a estratégia do governo estadual era transformar radicalmente a estrutura da economia maranhense, que obtivera até o final da década de 50, um desenvolvimento pautado na produção de sua indústria têxtil, mas, que com o seu declínio, passou a restringir-se a uma agricultura tradicional, rudimentar e de práticas predatórias e a uma pequena indústria extrativa de babaçu, além do beneficiamento primário de arroz.

O que o governo estadual buscava na época, era

[...] desenvolver uma vocação metalúrgica no Maranhão, mais particularmente em São Luís, ponderando acima de todas as razões o seu porto, sempre considerado, mesmo em estudos realizados fora do Estado, até por consultorias internacionais, como de condições excepcionais para operação de embarcações de grande capacidade de carga. (MOREIRA, 1989, p.3)

Entretanto, a desistência dos japoneses, principais parceiros para a realização desse projeto, provocou seu arquivamento. Apesar disso, permaneceu a idéia de transformar o município de São Luís, juntamente com outras cidades maranhenses, em um pólo metal-mecânico, uma vez que existiam as condições necessárias para essa efetivação: a existência de reservas de minérios na região Norte e de um porto adequado ao escoamento da produção e, ainda, decisões governamentais favoráveis à exploração do potencial mineral da região de Carajás. (MOREIRA, 1989).

Com efeito, ainda no final da década de 70 e início dos anos 80, inicia-se esse processo de transformação estrutural da economia maranhense, pela dinamização do setor industrial, através da implantação em São Luís, do Projeto Ferro Carajás, sob o comando da então, estatal brasileira, Companhia Vale do Rio Doce, e do Projeto ALUMAR, consórcio liderado pela multinacional ALCOA, associada à Billinton Metais, subsidiária da Shell, que fazem parte do grupo das “Seis Irmãs”, que dominam o mercado internacional do alumínio.

A década de 80 marca, portanto, a redefinição da economia maranhense no processo de acumulação capitalista. De produtora de alimentos, passa a gerar divisas, inserindo-se assim, como um espaço periférico dentro da própria periferia, numa posição subordinada na ordem do sistema internacional do capital.

Constituindo-se em mais uma estratégia de expansão dos grandes grupos oligopolistas internacionais, com vista ao controle dos recursos de regiões periféricas, a ALCOA, através do Projeto Alumínio em São Luís, acaba se integrando ao Programa Grande Carajás e beneficiando-se com os incentivos fiscais previstos na legislação do referido Programa. (ver Quadros nºs 2 e 3, constantes dos anexos A e B, respectivamente).

Além dos incentivos tributários descritos anteriormente, foi assegurado a tais empreendimentos “tratamento preferencial pelos órgãos e entidades da Administração Federal” para vários efeitos, tais como: concessão, arrendamento e titulação de terras públicas ou mesmo desapropriação de terras particulares necessárias à execução dos projetos, licença ou concessão para construção e operação de instalações portuárias,

contratos para fornecimento de energia elétrica e transporte fluvial, cessão ou arrendamento de direitos de exploração mineral ou florestal, autorização, emissão de guias e concessão de financiamentos para exportação, concessão de aval ou garantia do Tesouro Nacional ou de instituições financeiras públicas para empréstimos externos e até para participação com recursos públicos no capital social de sociedades titulares dos projetos.

A dinamização do setor industrial, impulsionada pelos grandes projetos industriais desenvolvidos pela CVRD e ALCOA, provocou uma profunda reestruturação de todo o sistema produtivo existente anteriormente no Maranhão. Tais mudanças resultaram em impactos sociais, políticos e ambientais, que afetaram o modo de vida da população contida na região-programa. Entretanto, “os benefícios do progresso” justificavam os eventuais prejuízos a essa população.

Nessa ótica,

[...] A população em grande parte constituída de famílias de pequenos produtores rurais, é alijada desse planejamento, tornando-se sujeita a um processo de proletarização pela forma violenta como é executada a desapropriação de suas terras. (MAIA; FERREIRA, 1995 apud BARBOSA, 2002, p.122).

Convém ressaltar que nesse aspecto não houve por parte dos governos federal e estadual, nenhuma preocupação em implementar políticas públicas com vistas ao remanejamento ou mesmo inserção desse contingente populacional na nova dinâmica de produção.

Na verdade, os benefícios anunciados no discurso oficial em termos de garantia de empregabilidade para trabalhadores locais e geração de renda para o Estado, contrastam com a realidade social apresentada nos anos 90. E nem poderia ser diferente uma vez que a estratégia de empresas multinacionais como a ALCOA é a de concentrar nos espaços periféricos apenas atividades de núcleo periférico, como a produção de alumínio/alumina, por exemplo. Enquanto as atividades de alto valor agregado, de planejamento, de pesquisa e desenvolvimento (atividades do núcleo orgânico) permanecem concentradas no seu país de origem.

Apesar da ampla cobertura dada pelos poderes públicos locais, os principais fatores que determinaram a localização da ALCOA no Maranhão foram:

- a) a existência de bauxita, insumo básico desse processo produtivo;
- b) energia elétrica abundante e barata e;
- c) disponibilidade de mão-de-obra.

A presença desses atrativos determinou a instalação da ALCOA em São Luís, a despeito dos interesses de sua população e de pareceres técnicos locais contrários a sua instalação.

### **3.2 Processo de implantação da ALCOA em São Luís e suas implicações econômicas e sociais**

A origem da ALCOA é quase concomitante à descoberta do processo industrial de produção do alumínio, por Charles Martin Hall, um dos fundadores da *Pittsburg Reduction Company*, primeiro nome da ALCOA. Sua fundação, em 1888 nos Estados Unidos, ocorreu dois anos após a descoberta do processo produtivo desse metal, processo que ainda hoje é utilizado em todo o mundo.

Tal processo produtivo ocorre em três etapas:

- 1) mineradora;
- 2) química e;
- 3) metalúrgica.

A primeira etapa liga-se à extração de bauxita, mineral composto basicamente por óxidos de alumínio (40% a 60%) e outros óxidos (ferro, titânio, silício, dentre outros), que se constitui na matéria-prima principal para a produção de alumínio em condições economicamente viáveis.

A segunda etapa consiste na separação dos óxidos de alumínio da bauxita, previamente preparada após a mineração, dos seus demais componentes, mediante o ataque ao mineral por soda cáustica sob certas condições de temperatura e pressão,

variáveis conforme a composição da matéria-prima, resultando desse procedimento: a alumina, um pó branco e fino semelhante ao açúcar refinado.

Na terceira etapa ocorre a dissociação do metal (o alumínio) do oxigênio com grau de pureza de até 99,9% mediante uma eletrólise de alumina, processo que utiliza enormes quantidades de energia elétrica em corrente contínua. Dessa forma, obtém-se o alumínio, que é um dos metais mais utilizados industrialmente no mundo inteiro.

O crescimento da ALCOA, em escala mundial, ocorreu de forma simultânea ao crescimento do consumo mundial de alumínio.

Um fator relevante para esta empresa alcançar uma posição hegemônica no mercado mundial foi o forte controle de mercado, que ela assegurou nos Estados Unidos, logo nos primeiros anos de sua existência. Outro importante fator foi o processo de integração vertical de produção que imediatamente adotou. Nessa perspectiva, a empresa expandiria a própria indústria à medida que superasse as fronteiras nacionais e, associada a outras grandes firmas européias, formasse o grupo das “Seis Irmãs”<sup>8</sup>, maior cartel nesse ramo conhecido até o momento.

Por sua vez, a trajetória de desenvolvimento da indústria do alumínio no contexto econômico mundial, retrata a história do crescimento do seu consumo e produção e de substituições de outros materiais por esse metal nos mais diversos setores industriais, tais como: condutores elétricos, transportes, utensílios domésticos, construção, dentre outros.

---

<sup>8</sup> No setor de alumínio, em escala mundial, destaca-se o grupo composto pelas seguintes empresas multinacionais: ALCOA (americana), ALCAN (canadense), PECHYNEY (francesa), KAISER (americana), ALUSUISSE (suíça) e REYNOLDS (americana).

Nesse aspecto, destaca-se o papel dos próprios produtores do alumínio, na abertura e conquista de novos mercados, quando, segundo Marques,

[...] começaram a integrar-se para a frente, fabricando, testando e montando redes de distribuição dos mais diversos tipos de semi-produtos (cabos, placas, folhas, chapas) e de produtos finais (utensílios de cozinha). Estabeleceram estreitos contatos com as empresas consumidoras, atendendo a pedidos cada vez mais específicos. (MARQUES, 1983 apud MOREIRA, 1989, p.39)

No que se refere a sua implantação e atuação no Brasil, é interessante destacar sua participação nos dias de hoje, no mercado nacional e global, a partir da visão da própria empresa:

[...] A Alcoa Alumínio S.A. é uma das maiores subsidiárias da Alcoa Inc., empresa fundada nos Estados Unidos em 1888 por Charles Martin Hall, o descobridor da forma de redução eletrolítica do alumínio, tornando sua fabricação economicamente viável.

Presente no Brasil desde 1965, a Alcoa tem cerca de 7.000 funcionários envolvidos na produção de aproximadamente 1/4 de todo alumínio primário produzido no Brasil.

Não por acaso, é líder mundial na produção e na tecnologia de alumínio com faturamento global de US\$ 22,9 bilhões. Está presente em 38 países, possui capacidade produtiva de 4,5 milhões de toneladas, empregando mais de 129.000 funcionários.

Entre seus diversos produtos, a ALCOA fabrica alumínio primário, [alumina](#), [extrudados](#), chapas, fios e cabos, pó de alumínio, produtos químicos, tampas plásticas, garrafas e reformas PET, atuando em vários segmentos e contribuindo para tornar a vida moderna cada dia mais simples. (ALCOA, 2003. SITE: [w.w.w.alcoa.com.br](http://w.w.w.alcoa.com.br), grifos nossos).



A ALCOA chegou ao Brasil, em termos produtivos<sup>9</sup>, pelo menos vinte anos depois que a indústria do alumínio dava seus primeiros passos no país, através da Eletroquímica Brasileira S.A. (ELQUISA), incorporada pela ALCAN canadense, em 1951.

Por ocasião de sua instalação, denominou-se Companhia Mineira de Alumínio (ALCOMINAS), fundada, em 4 de maio de 1965, tendo como acionistas a matriz americana *Aluminium Company of América* (ALCOA), a *Hanna Mining* e investidores brasileiros, dentre estes, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Em meados da década de 70, com a saída dos acionistas brasileiros da sociedade, esta ficou restrita a *Hanna* e a ALCOA, com 32% e 68% das ações, respectivamente. Sendo que, a primeira fábrica da ALCOA no Brasil, instalou-se em Poços de Caldas (MG).

Adotando no Brasil a mesma sistemática de integração vertical da produção, a ALCOA diversifica suas atividades industriais no Brasil, ainda nos seus primeiros dez anos de existência, passando a produzir cabos de alumínio para condução e distribuição de energia elétrica, a partir da aquisição de uma fábrica da empresa Termocaná; extrudados; laminados e folhas, tornando-se fornecedora dos mercados de construção e embalagens. Nesse processo de diversificação registra-se ainda a sua participação no setor de fundidos de alumínio, através da incorporação de uma fábrica da *Alusuisse* em 1983, localizada em Pinhamonhangaba – São Paulo, que permite também sua entrada no mercado de produtos acabados, incluindo peças para a

---

<sup>9</sup> Quanto a presença anterior da ALCOA no Brasil, em termos não produtivos, registram-se, segundo Moreira, a aquisição de uma área em Mariana (MG), em 1916, com jazidas de bauxita, e a abertura de um escritório de vendas em 1915.

indústria automobilística, de eletrodomésticos, dentre outras. Dessa forma, a ALCOA consolida sua posição hegemônica no mercado nacional.

Ter alcançado uma posição hegemônica no mercado brasileiro, em nível externo, significou a eliminação de um dos importantes espaços de rivalidade entre suas concorrentes mais diretas, como a firmas japonesas *Mitsui*, *Sumitomo* e *Mitsubishi*, que através de um projeto integrado para a produção de alumina e alumínio (ALBRÁS/ALUNORTE), passaram a operar em Barcarena, no Estado do Pará. Em nível interno, foi determinante para a sua penetração na região Norte do país, onde entre as estratégias de “integração nacional” do II PND, desenvolveram-se, como instrumento de política econômica, os grandes projetos do governo federal, que visavam enquadrar todo o território e toda a população brasileira em um único e global modelo capitalista, colocando nesse sentido, os recursos da região amazônica “a serviço do país”.

Na região Norte, a ALCOA concretiza sua expansão na produção de alumínio primário, através do projeto “Consórcio ALUMAR”, que consiste em um complexo integrado de produção de alumínio/alumina, implantado na cidade de São Luís do Maranhão, cuja construção iniciou-se em 1980.

A implantação de uma fábrica de alumina e alumínio da ALCOA em São Luís foi objeto de estudo de um Grupo Especial de Trabalho da extinta SEPLAN/MA, composto para elaborar parecer técnico sobre a viabilidade dessa implantação, a partir de Cartas-Consulta dirigidas ao governador do Estado, com as intenções da empresa

no que se referia a aquisição de terras, licença para execução dos projetos, concessão de isenções tributárias, dentre outros pleitos.

Em seu relatório final o referido Grupo emite parecer técnico contrário à implantação da fábrica da ALCOA em São Luís, no que se refere aos itens a seguir:

- **Aquisição de terras:** um total de 10.000 hectares concedidos pelo governo estadual, quando solicitava inicialmente 3.500 ha. A alternativa locacional apresentada pela ALCOA, dentro dos limites da ilha de São Luís, na área destinada a grandes empresas do Distrito industrial, segundo os técnicos, conflitava com a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida da população, devido à “[...] excessiva demanda por serviços básicos e a dificuldade do Município em atender essa demanda” (RELATÓRIO, 1980, p. 12).
- **Comprometimento do abastecimento de água para a população:** considerando que os mananciais utilizados localizavam-se na área escolhida pela ALCOA para a localização de sua planta industrial e ainda, o consumo excessivo de água (500.000 m<sup>3</sup>/mês) da empresa.
- **Receitas e rendas geradas com a isenção de impostos** (IR, IPI e ICM), considerando principalmente o elevado montante de receita de ICM, que o governo estadual deixaria de arrecadar somente nos cinco primeiros anos de funcionamento do Projeto (cerca de 99 milhões de dólares).

- **Demanda real por mão-de-obra**, cerca de 4000 empregos na fase de implantação do Projeto, ficando em torno de 2000 empregos na fase operacional, o déficit nessa relação iria refletir-se no aumento do contingente de desempregados e subempregados em São Luís.

Não obstante o parecer técnico contrário à realização do Projeto da ALCOA em São Luís, a decisão em nível político foi favorável à sua implantação, prevalecendo os interesses do capital produtivo internacional, do governo federal e do poder oligárquico local, em detrimento dos ônus econômicos e sociais que recaíram sobre o Estado.

Em *ALCOA na ilha* (ENGLISH, 1984), são apontadas as irregularidades do processo de implantação da ALCOA em São Luís. Tais irregularidades foram objeto de ações jurídicas impetradas pelo Comitê de Defesa da Ilha, na tentativa de impedir maiores danos às famílias desapropriadas e ao ecossistema desta ilha. (ver apêndice A).

Essas irregularidades referem-se principalmente à ilegalidade na negociação dos 10.000 hectares de terras cedidos pelo governo estadual, sem a aprovação da Assembléia Legislativa e do Senado Federal. Este último, sendo o órgão competente para julgar alienação de terras do Estado superiores a 3.000 hectares. E, ainda, ao comprometimento do ecossistema nas áreas adjacentes à localização do empreendimento, devido ao despejo de resíduos sólidos e à criação dos lagos de lama vermelha, além das emissões gasosas, provenientes da mistura de dióxido de enxofre

com a água, resultando em ácido sulfúrico, comprometendo os recursos hídricos e as espécies animais e vegetais dessa área.

Nessa publicação, English salienta um aspecto interessante para reflexão sobre a estratégia de inserção da multinacional na comunidade local, denominado pela autora de “política de boa vizinhança” da empresa, visando garantir um certo poder na política local e uma boa imagem diante da opinião pública.

Para tanto, a ALCOA vem desenvolvendo, desde o tumultuado processo de sua implantação até o momento, um programa de investimentos em projetos sociais, amplamente divulgado pelo seu setor de relações públicas, como constato a seguir:

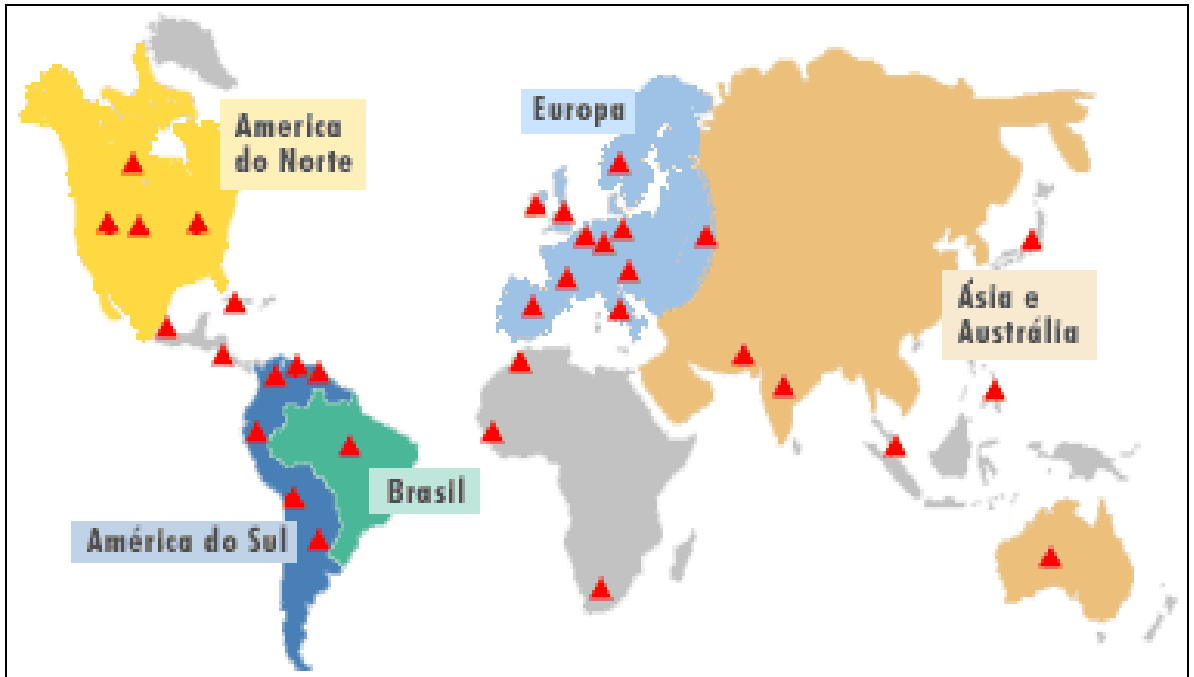
✓ [...] No Brasil, onde iniciou suas atividades com a incorporação da Companhia Mineira de Alumínio (Alcominas) cuja razão foi modificada para Alcoa Alumínio S.A. em 1980, a empresa tem sido um marco no que se refere à segurança, qualidade, preservação ambiental e relações com a comunidade.

✓Nos últimos 12 anos, por exemplo, por meio do Instituto Alcoa, alocou US\$ 14,7 milhões em 617 diferentes projetos sociais e comunitários em 22 cidades. No ano de 2001, o Instituto e Alcoa Foundation investiram US\$ 1,4 milhões em 117 projetos.

✓Todos os projetos comunitários desenvolvidos pela Alcoa, contam com o envolvimento voluntário de seus funcionários. Hoje a companhia tem a participação de 15% de seus funcionários em projetos e ações comunitárias.

✓Em 2001 a Alcoa Alumínio foi eleita pela Revista Exame, uma das onze empresas Modelo em Responsabilidade Social, fazendo parte do Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa. (ALCOA, 2003. SITE: [www.alcoa.com.br](http://www.alcoa.com.br), grifos nossos).

Ressalto que essa é uma estratégia utilizada não somente no Brasil, mas também, nos demais países da América do Sul, América do Norte, Europa, Ásia e Austrália, onde possui fábricas instaladas, conforme indicado no seguinte mapa:



Fonte: informativo divulgado pela Alcoa (INTERNET: jan/2003-SITE: [www.alcoa.com.br](http://www.alcoa.com.br))

Nesse aspecto salienta Barbosa,

[...] Para se legitimar junto à sociedade maranhense, a ALCOA, recorreu a campanhas de publicidade em larga escala, exaltando as vantagens que sua presença traria para o progresso do Estado. Fazia parte do marketing a cooptação de entidades populares estudantis e movimentos culturais, através de patrocínio, promoção de eventos, doações, etc. Após 1984, a sua permanência parecia ter se tornado um fato natural na sociedade maranhense. Tratou-se de uma aliança bem sucedida entre capital e Estado. (BARBOSA, 2002, p. 139).

Apesar da versão oficial da empresa sobre os benefícios trazidos à população de São Luís, evidencia-se pela forma como ela entrou na Ilha, que seus interesses

econômicos, prevalecem sobre as necessidades e o bem-estar das populações nativas locais.

Diante disso, partindo da premissa que a implantação do complexo industrial de alumínio ALUMAR/ALCOA no Maranhão, ocasionou efeitos diretos e indiretos sobre sua economia no período 1980-1990, procedo no item a seguir, a análise desses efeitos, destacando o comportamento de alguns indicadores econômicos e sociais desse período, relacionados ao meu objeto de estudo, tendo como referência, as hipóteses e diretrizes que nortearam este trabalho:

- a) A atividade do referido complexo industrial não proporcionou a transformação desse Estado em um pólo industrializante;
- b) Esse tipo de empreendimento funcionou, na realidade, apenas como um enclave multinacional para pagamento da dívida externa brasileira.

No que diz respeito às implicações econômicas e sociais decorrentes da implantação dessa multinacional no Maranhão se faz necessário colocar inicialmente algumas das vantagens apontadas pela própria empresa à época de sua implantação, tanto em nível local como nacional:

- a) Criação de um mercado interno de pó de alumina e alumínio capaz de tornar o país independente nessa produção;
- b) Desenvolvimento regional, fixação do maranhense no seu Estado com a geração de novos empregos (4 mil empregos na fase de

- construção da indústria e 2 mil na fase de operação) e também a criação de indústrias satélites;
- c) Geração de benefícios para o Estado: maior arrecadação estadual do ICM (mais de 2 bilhões em 1984), recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em torno de 450 milhões e;
  - d) Ativação das minas de bauxita, no Pará, para o desenvolvimento industrial do país, especialmente do Nordeste.

Apesar da retórica da empresa, a relação custo/benefícios do Projeto não sinalizava para resultados nada animadores, pois esbarrava na realidade dos fatos que se evidenciavam ainda na fase de sua implantação:

[...] Essa indústria ocupa 10 mil hectares de terras (6.500 ha. de reserva e 3.500 de uso) engolindo uma considerável fatia do território da Ilha de São Luís, entra no mercado imobiliário e praticamente monopoliza a área do Distrito Industrial. Por outro lado, remove mais de 20 mil pessoas que viviam uma economia familiar, caracterizada pela relação livre com o mercado local, e oferece apenas 2 mil a 2.500 empregos diretos. Quer dizer, esses empregos oferecidos não pagam as desvantagens econômicas das centenas de famílias obrigadas a abandonar suas terras, onde moravam, plantavam e se alimentavam com o mínimo de gastos. Além disso, esses empregos nada representam para uma população de 500 mil pessoas. Ora, como se vê, ao mesmo tempo em que cria empregos, a ALCOA os destrói em escala ampliada. (ENGLISH, 1984, p. 55)

Na mesma ótica, são apontados os prejuízos ao abastecimento alimentar do país, provocados pela retirada dessas famílias que trabalhavam na agricultura familiar produzindo aproximadamente, por exemplo: feijão e mandioca (50%); milho, batata e arroz (30%) e; soja (20%). Sendo ainda questionáveis, a “expressiva arrecadação de impostos”, anunciada pela indústria como uma das vantagens para o Maranhão e a



exploração intensiva das minas de bauxita brasileiras por uma empresa transnacional, pelo risco da perda de controle sobre o processo de produção e comercialização do produto final, o alumínio.

No que se refere às manifestações da questão social, destacam-se dois movimentos simultâneos gerados por sua implantação:

- a) A imigração de contingentes de trabalhadores de diversas partes do país, que são empregados temporariamente e depois dispensados;
- b) A migração desordenada do contingente de moradores da área, que foram desapropriados, partindo em busca de terra e moradia.

Em relação ao primeiro movimento, durante as entrevistas informais realizadas com ex-trabalhadores da empresa que permaneceram em São Luís, evidenciou-se um aspecto interessante: a média de permanência de trabalhadores altamente qualificados (caso de um engenheiro de alimentos, com mestrado, e de outros profissionais das áreas de recursos humanos e demais áreas técnicas) é de dez anos. Após esse período, a maioria desses profissionais que “criaram raízes” nesta localidade, viram-se privados do padrão de vida proporcionado pelos altos salários pagos aos profissionais “atraídos” para a fábrica, e ainda, sem perspectivas de empregabilidade em suas áreas, pela incapacidade de absorção deste tipo de mão-de-obra pelo mercado de trabalho local.

Sobre este último movimento, conforme dados cadastrais da própria CDI/MA, foram desapropriadas 1.654 famílias. No entanto, esse número contrasta com o que foi apresentado pelas organizações populares, de aproximadamente 5.000 famílias

expulsas de suas terras. Uma situação que colocou no desemprego e na miséria um considerável contingente de pessoas, que viviam das atividades hortifrutigranjeiras na região.

Esses movimentos acabaram ampliando os problemas de violência tanto no campo como na área urbana, em função da própria política fundiária no primeiro caso e da falta de emprego, no segundo.

Embora a preocupação com os impactos ambientais não se constitua objeto específico de análise deste estudo. Vale ressaltar os aspectos poluentes do próprio processo de produção de alumínio, descrito anteriormente, registrados em um artigo intitulado *Alcoa, “the day after” da Ilha de São Luís*, do Professor Raul Ximenes.<sup>10</sup>

[...] A título de esclarecimento, as indústrias de alumínio em sua totalidade emitem fluoretos, visto não existir tecnologia de controle capaz de evitá-los constituindo, com isso, importantes fontes de poluição ambiental na atmosfera e no ambiente de trabalho. Sob forma de partículas, em Quebec, no ano de 1972, foram emitidas cerca de 7.750 toneladas de fluoreto no ar, das quais as unidades de produção de alumínio primário foram responsáveis por 6.870 toneladas do produto. [...] E as mesmas se dão durante a atividade de eletrólise do alumínio que utiliza a criolita, um fluoreto combinado ao alumínio e ao sódio. [...] Essas emissões são evacuadas por ventiladores do teto das salas de cubas em uma proporção de 66%. Os outros atingem a atmosfera pelas chaminés dos sistemas de purificação. E não só o ambiente externo é atingido pelos fluoretos. (GALVÃO, 1985, pp. 18-19).

Ressalto novamente nesse sentido, as ações do “Comitê de Defesa da Ilha”, cujas denúncias sobre os impactos negativos do Projeto em termos da depredação ambiental e comprometimento do ecossistema da região, bem como, das irregularidades do processo de desapropriação das extensas áreas de terra que

---

<sup>10</sup> O professor Raul Ximenes Galvão, químico e economista, então diretor técnico da SEPLAN/São Paulo, fez parte, na qualidade de consultor, do Grupo Especial de Trabalho, constituído pelo Governador do Estado do MA para analisar o Projeto Alumínio São Luís.

serviram à localização da empresa, foram convenientemente ignoradas pelo então governador.

Assim, a despeito das ações jurídicas do referido Comitê e de toda a movimentação de moradores da Ilha - contrários à implantação do Projeto Alumínio em São Luís - prevaleceram os interesses estratégicos do Governo federal e estadual, estes últimos respaldados pelas forças oligárquicas regionais, e os interesses econômicos da multinacional, que iniciou sua obra em meados de 1980.

É interessante observar, que ao contrário do que ocorreu na fase de implantação da fábrica da ALCOA em São Luís, a proteção ao meio ambiente é hoje vista pela comunidade internacional e por representantes do poder local, como condição fundamental para o “desenvolvimento econômico sustentável” e, portanto, passou a constituir-se em um direito a ser exercido também em regiões periféricas como a nossa.

A comprovação desse fato se reflete nas duas questões que têm impulsionado, na atualidade, as políticas ambientais no mundo:<sup>11</sup>

- a) A pior das degradações ambientais é a pobreza, só combatida eficazmente com o desenvolvimento sustentável;
- b) Sem fazer da atividade de preservação uma alternativa econômica, é impossível obter-se aliados no enfrentamento das questões ambientais.

---

<sup>11</sup> Essas questões foram discutidas recentemente em São Luís, no V Fórum Internacional de Direito Ambiental: *Alternativas econômicas do meio ambiente: compatibilizando desenvolvimento e proteção ambiental*, realizado em dezembro de 2002.

Destaco ainda, em última instância, que apesar de alguns avanços no enfrentamento da questão ambiental, uma das justificativas de localização dessas empresas em países periféricos, refere-se ao fato da política de controle da poluição ambiental ser mais liberal nesses países, onde o nível de esclarecimento da população é relativamente baixo, do que aquela dos países norte-americanos e europeus. Esse é, aliás, um dos atrativos para esse tipo de investimento no Brasil.

Os resultados da atuação da ALCOA refletem-se na evolução dos principais indicadores sociais e econômicos do Maranhão no período 1980-90.

Assim, a análise da evolução dos indicadores aqui apresentados, permitiu-me traçar um perfil da socioeconomia maranhense no período observado, e que através do comportamento de algumas variáveis como população, produto, renda e emprego regional, dentre outras, pudesse avaliar os efeitos diretos e indiretos ocasionados por essa empresa em nível de desenvolvimento regional.

Para a realização da análise conjuntural, destaco os indicadores econômicos e sociais dispostos nas tabelas e gráficos a seguir, ampliando em alguns momentos, o período considerado, no intuito de melhor compreensão da evolução desses indicadores:

### a) População Total, Urbana e Rural – 1950/1996

TABELA 1 - População Total, Urbana e Rural – 1950/1996

ANO	POPULAÇÃO			Densidade (hab/km <sup>2</sup> )
	URBANA	RURAL	TOTAL	
1950	274.288	1.308.960	1.583.248	4,7
1960	436.624	2.032.823	2.469.447	7,4
1970	752.027	2.240.659	2.992.686	9,0
1980	1.255.156	2.741.248	3.996.404	12,0
1991	1.972.421	2.957.832	4.930.253	14,8
1996	2.711.557	2.511.008	5.222.565	15,7

Fonte: Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico – IBGE

Dados Elaborados: IPES

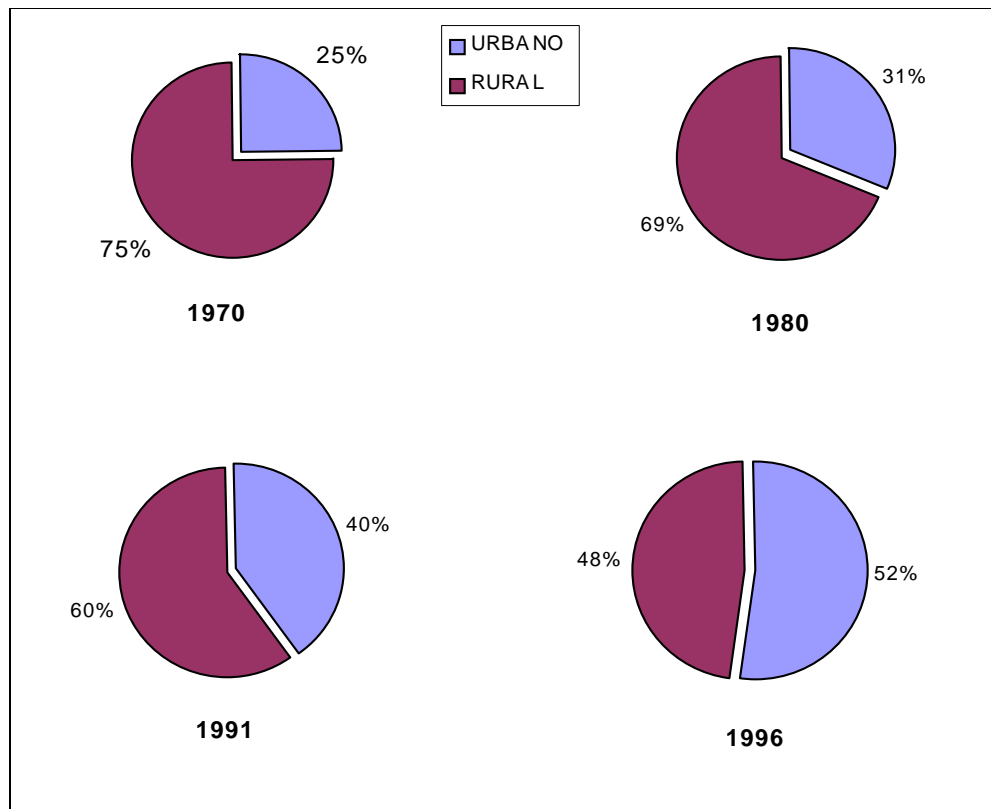


GRÁFICO 1- Participação da População Urbana e Rural – 1970/1980/1991/1996

Observando-se a tabela 1, percebe-se um considerável aumento populacional a partir da década de 80, havendo ainda, conforme apontado no Gráfico 1, avanço da população urbana sobre a do campo. Esse predomínio de altas taxas de crescimento populacional nas áreas urbanas em detrimento às do setor rural, ocorre principalmente na área sob influência da estrada de ferro Carajás<sup>12</sup>, em face do desenvolvimento dessa região.

Os estudos de projeções dos contingentes urbanos em São Luís e Imperatriz, realizados pelo IPES, revelam que entre 1980-87, nessas áreas, a taxa anual de crescimento se aproxima de 9% ao ano. Essa tendência permanece até o final do período. Sendo que, esse movimento migratório interno modifica a composição espacial da população urbana e rural no Estado. Em contrapartida, a taxa de crescimento da população rural entre 1980-90, cai para 1,59% , contra 2, 04% na década anterior.

---

<sup>12</sup> A área sob influência da estrada de ferro Carajás compreende os municípios de Açailândia, Anajatuba, Arari, Bom Jardim, Cajari, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Monção, Pindaré Mirim, Pio XII, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Rita e Vitória do Mearim.

a) **Evolução da População Economicamente Ativa (PEA) do Maranhão, ocupada segundo os setores econômicos – 1950/1996**

**TABELA 2 - Evolução da População Economicamente Ativa (PEA), Ocupada Segundo os Setores Econômicos – 1950/1996**

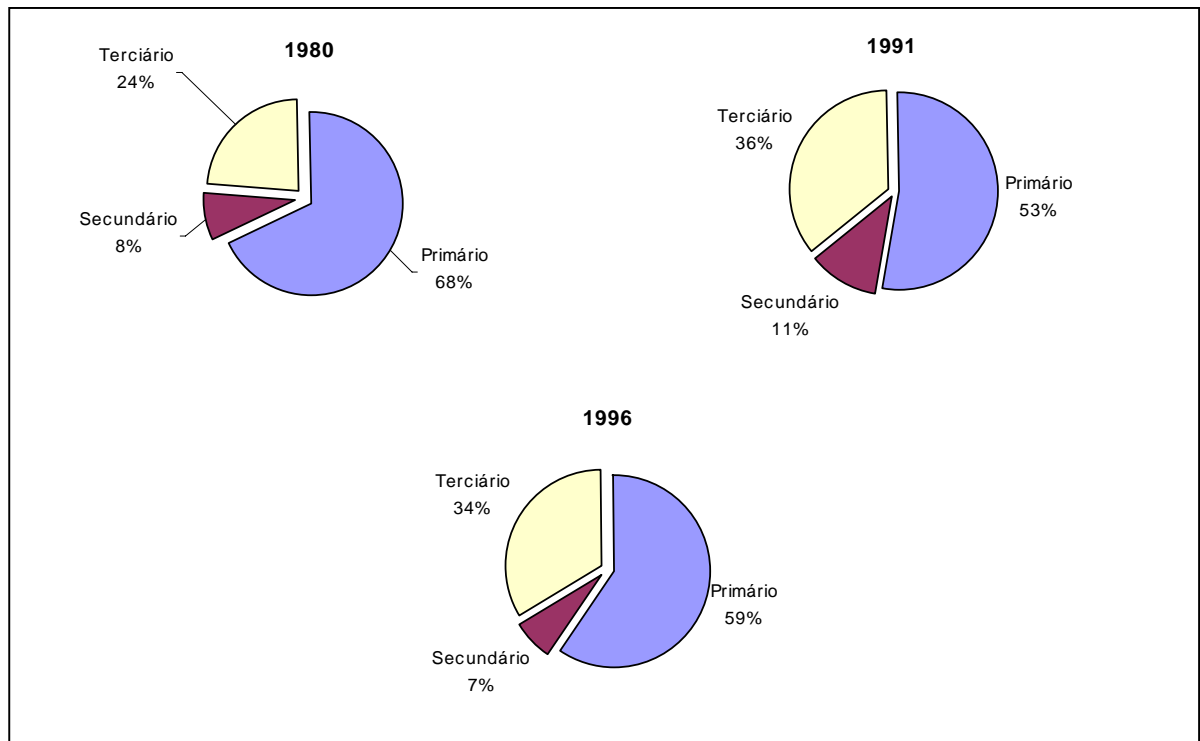
ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
1950 (1)	366.247	60.546	68.436	495.229
1960 (1)	651.378	23.271	115.579	790.228
1970 (1)	762.900	49.184	161.076	973.160
1980 (1)	884.472	110.110	313.520	1.308.102
1991 (1)	1.104.166	233.008	762.000	2.099.174
1993 (2)	1.349.602	261.484	837.208	2.448.294
1995 (2)	1.490.304	176.988	857.496	2.524.788
1996 (2)	1.470.908	172.956	845.374	2.489.238

**Fonte: Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico – IBGE**

(1) Censo Demográfico

(2) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

Dados Elaborados: IPES



**GRÁFICO 2 - Evolução da População Economicamente Ativa no Maranhão – 1980/1991/1996**

Analisando-se a tabela 2, percebe-se nitidamente um crescimento da população economicamente ativa (PEA) ocupada no setor de serviços, durante todo o período considerado. Nota-se ainda, que, de 1980 a 1991, houve um considerável crescimento dessa população no setor industrial, crescimento esse acompanhado pelo setor de serviços.

De acordo com pesquisa realizada pelo IPES sobre o comportamento da indústria maranhense no ano de 1987, houve uma crescente demanda dos serviços da ferrovia Carajás – Ponta da Madeira para transporte de cereais e madeira e uma demanda crescente de empresários interessados em implantar indústrias de transformação, a partir do minério de ferro. Até novembro de 1987, houve incorporação de 550 novas indústrias.

O crescimento da demanda dos serviços relativos ao transporte de cereais e madeira e ainda, o surgimento de novas indústrias na região, caracterizam efeitos de encadeamento, considerados como resultados econômicos favoráveis à região, decorrentes das atividades do Projeto.

A ALUMAR, por sua vez, apresentava uma produção de 650 mil toneladas de alumina e 245 mil toneladas de alumínio/ano, constituindo-se, na percepção dos técnicos encarregados da referida pesquisa, “em um verdadeiro atrativo para implantação de empreendimentos que beneficiem o alumínio nos diferentes segmentos: transporte, energia elétrica e construção civil, que absorvem mais de 60% da produção nacional”. Donde, posso concluir que tanto a atividade de produção de minério de ferro como a de produção de alumínio/alumina proporcionaram efeitos de encadeamento que impulsionaram o crescimento do setor secundário no Estado.



**c) produto Interno Bruto a Custo de Fatores, segundo os Setores Econômicos  
1985/1995**

**TABELA 3 - Produto Interno Bruto a Custo de fatores, Segundo os Setores Econômicos  
1985/1995**

ANO	PARTICIPAÇÃO NO PIB cf%		
	Agricultura	Indústria	Serviços
1985	19,04	17,83	63,13
1986	21,98	16,88	61,14
1987	16,06	21,78	62,15
1988	19,75	20,13	60,13
1989	20,69	20,88	58,42
1990	15,78	20,96	63,26
1991	16,86	20,62	62,52
1992	15,59	19,10	65,30
1993	15,87	17,08	67,05
1994 <sup>(1)</sup>	21,11	13,21	65,68
1995 <sup>(1)</sup>	19,72	11,43	68,85

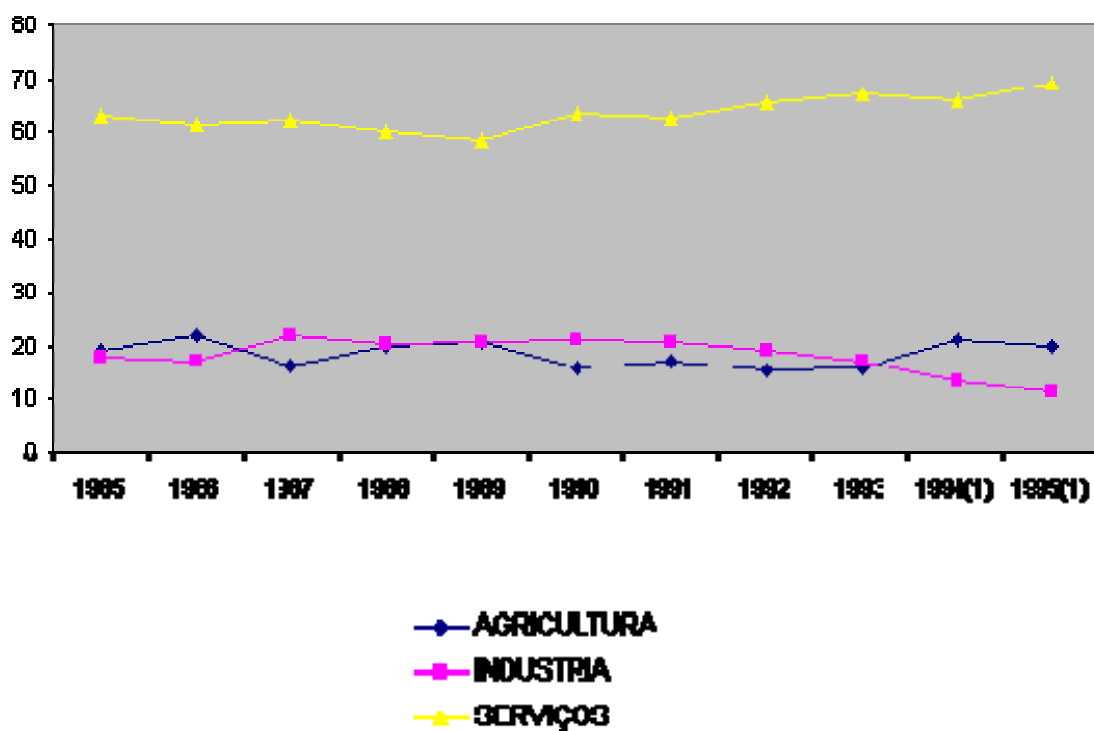
**Fonte: SUDENE/DPO/Contas Regionais**

(1) Dados Preliminares

Dados Elaborados: IPES

Observando-se o comportamento do produto interno bruto (PIB) a custo de fatores, segundo os setores econômicos no período 1985, percebe-se que há entre 85 e 87, um crescimento da participação do setor industrial no PIB do Maranhão e que sua participação só começa a decrescer a partir de 92.

Esse aumento na participação nos três anos subseqüentes ao início da atividade produtiva da ALCOA no Estado (1984), apresenta resultados mais expressivos se comparados ao apresentados em 1980 (14,3%); 1981 (14,4%); 1982 (16,9%); 1983 (17,8%) e 1984 (13,7%). Somente no ano de 85 em relação a 84, ocorreu uma variação positiva de 1,30%.



**GRÁFICO 3 - Produto Interno Bruto a Custo de Fatores, Segundo os Setores Econômicos 1985/1995**

Elaboração: IPES

**d) Participação relativa do PIB (APM) Estadual em relação ao Nordeste e ao Brasil  
– 1986/1996**

Os dados referentes à participação do Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB -APM) do Maranhão junto a Região Nordeste e Brasil, possibilitam-nos a percepção de uma variação positiva em termos de crescimento, que se mantém por toda a série histórica.

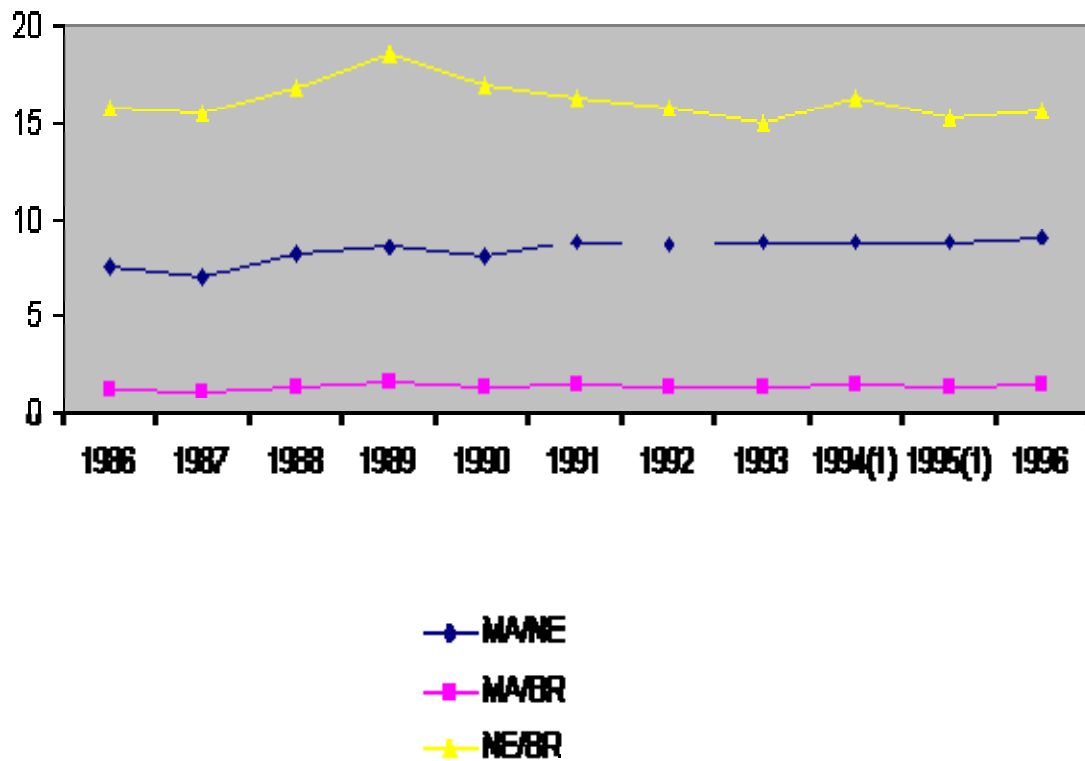
**TABELA 4 - Participação Relativa do PIB (APM) Estadual em Relação ao Nordeste e ao Brasil – 1986/1996**

<b>ANOS</b>	<b>MA/NE</b>	<b>MA/BR</b>	<b>NE/BR</b>
1986	7,52	1,19	15,76
1987	7,03	1,09	15,47
1988	8,11	1,37	16,86
1989	8,52	1,58	18,57
1990	8,09	1,37	16,98
1991	8,87	1,45	16,35
1992	8,62	1,37	15,84
1993	8,79	1,31	14,95
1994 <sup>(1)</sup>	8,80	1,44	16,32
1995 <sup>(1)</sup>	8,80	1,34	15,28
1996	9,03	1,41	15,61

**Fonte: SUDENE/DPO/Contas Regionais**

(1) Dados Preliminares

Dados Elaborados: IPES



**GRÁFICO 4 - Participação Relativa do PIB (APM) Estadual em Relação ao Nordeste e ao Brasil – 1986/1996**

Elaboração: IPES

#### **e) Exportação do Maranhão, do Nordeste e do Brasil – 1985/1996**

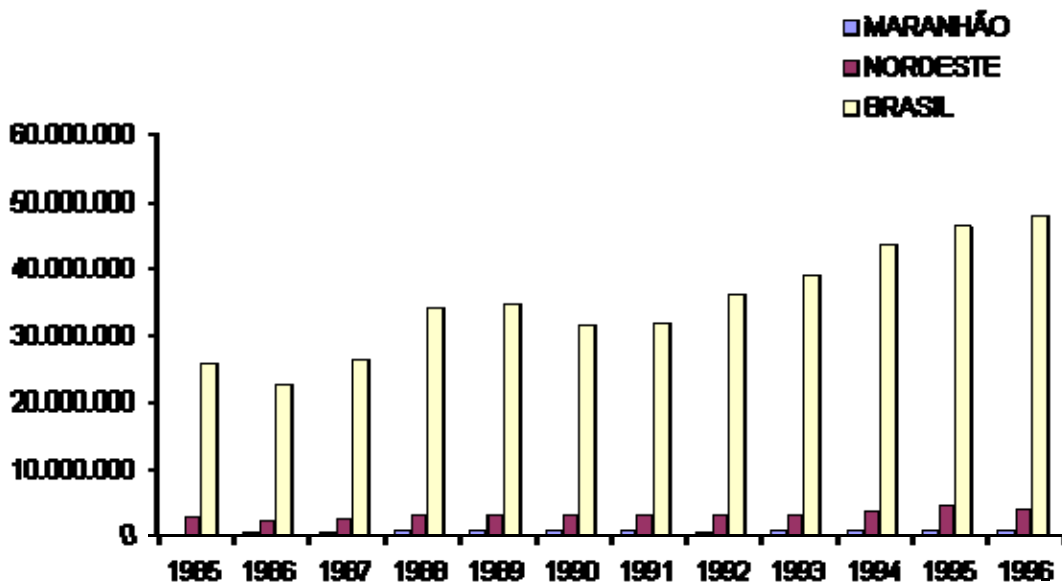
A tabela seguinte permite-nos comparar a participação das exportações do Maranhão em relação à região Nordeste e ao Brasil, sendo que no período considerado, ocorreu uma evolução positiva, embora não muito significativa no cômputo geral.

**TABELA 5 - Exportação do Maranhão, do Nordeste e do Brasil – 1985/1996**

ANO	MARANHÃO (A)	NORDESTE (B)	BRASIL (C)	PARTICIPAÇÃO (%)	
				A/B	A/C
1985	82.689	2.525.630	25.639.011	3,27	0,32
1986	162.728	2.022.712	22.348.603	8,05	0,73
1987	222.804	2.286.112	26.223.925	9,75	0,85
1988	451.457	2.921.281	33.789.365	15,45	1,34
1989	459.591	2.879.063	34.382.620	15,96	1,34
1990	442.620	3.030.397	31.413.756	14,61	1,41
1991	476.706	2.859.771	31.620.459	16,67	1,51
1992	427.458	3.034.671	35.861.525	14,09	1,19
1993	462.627	3.040.422	38.782.679	15,22	1,19
1994	575.719	3.502.854	43.545.162	16,44	1,32
1995	671.361	4.239.999	46.506.282	15,83	1,44
1996	681.460	3.854.866	47.746.728	17,67	1,43

Fonte: MIC/DTIC/SUDENE/DPO/Contas Regionais

Dados Elaborados: IPES

**GRÁFICO 5 - Exportação do Maranhão, do Nordeste e do Brasil – 1985/1996**

#### **f) Participação das Exportações, segundo os principais produtos - 1991/1996**

A tabela a seguir nos permite visualizar a participação dos principais produtos nas exportações maranhenses. Na série histórica apresentada (1991-96), comprova-se a expressiva participação que vêm apresentando as atividades de produção de alumínio e ferro no volume de exportações deste Estado.

Convém aqui ressaltar, que a análise realizada pelo IPES sobre o comportamento das exportações no período de janeiro a junho de 1987, apresentava um acréscimo nas exportações, em volume físico, dos seguintes produtos: minério-de-ferro (147,8%); alumina (20%) e alumínio (71,4%), creditando esse resultado favorável à produção proveniente do complexo ALUMAR. Esse aumento das exportações está estreitamente relacionado aos efeitos de encadeamento para trás, que provoca indução de investimento na produção interna de bens de capital para o setor exportador em expansão, como é o caso da ampliação da rede de transporte ferroviária e portuária para escoamento da produção de alumínio/alumina e minério-de-ferro.

**TABELA 6 - Valor e Participação das Exportações, Segundo os Principais Produtos – 1991/1996**

PRODUTO	PARTICIPAÇÃO (%)					
	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Alumínio Não Ligado em Forma Bruta	87,0	80,2	76,6	70,0	69,2	65,6
Ferro Gusa	5,4	6,5	5,6	10,2	14,2	10,0
Outros Óxidos de Alumínio	4,2	6,0	7,0	7,5	6,6	7,9
Soja Mesmo Triturada	-	0,5	3,6	5,3	4,5	9,1
Ligas de Alumínio em Forma Bruta	0,1	1,4	2,7	4,0	2,3	3,8
Rutosídeo (Rutina)	2,1	3,0	2,2	0,7	1,5	1,4
Outras Madeiras Comp. C/Face de						
Madeira Não Conífera	0,2	0,3	0,4	0,5	0,2	-
Outros	1,0	2,1	1,9	1,8	1,5	2,2
<b>TOTAL</b>	100,0	100,0	100	100,0	100,00	100,00

**Fonte: MIC/SCE/DTIC – SUDENE/DPO/Contas Regionais**

Dados Elaborados: IPES

Dentre os indicadores sociais, destaco os dados referentes à taxa de mortalidade infantil, considerando que para o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos (TMM5), é o indicador que melhor retrata o estágio de desenvolvimento socioeconômico do país ou de uma região.

**g) Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos no Maranhão, Nordeste e Brasil – 1981/1988**

**TABELA 7 - Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos no Maranhão, Nordeste e Brasil – 1981/1988**

ANOS	TAXA POR MIL ÓBITOS		
	Maranhão	Nordeste	Brasil
1981	105,08	103,3	68,4
1982	107,9	97,4	64,5
1983	100,6	107,2	66,7
1984	90,6	103,3	65,9
1985	82,2	88,3	58,1
1986	73,5	79,3	53,2
1987	64,8	76,3	51,0
1988	60,2	77,0	51,0

**Fonte: Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico – IBGE**

Dados Elaborados: IPES

Os dados sobre a ocorrência de óbitos no Maranhão permitem determinar que o padrão de mortalidade no Estado é relativamente alto se comparado aos apresentados pela região Nordeste e pelo Brasil. Os números falam por si, revelando uma situação que reflete também o nível de miséria e fome que grande parte da população maranhense vem vivenciando não apenas no período observado, mas, há várias décadas.

Essa situação será melhor dimensionada através do indicador de distribuição de renda, que apresento a seguir:



**TABELA 8 - Evolução da Distribuição de Renda**

Indicadores	1981-1999			1993-1999			1981-1993		
	Brasil	Região Nordeste	Maranhão	Brasil	Região Nordeste	Maranhão	Brasil	Região Nordeste	Maranhão
Renda familiar per capita	23,1	32,2	48,9	22,0	23,3	32,8	0,8	7,5	12,4
Renda média dos 10% mais pobres da distribuição	1,7	-3,7	47,2	36,7	73,7	147,3	-25,2	-45,8	-38,4
Proporção de pobres	-6,0	-8,3	-10,1	-7,8	-8,3	-7,5	1,8	0,1	-2,6
Proporção de indigentes	-2,3	-5,2	-12,7	-5,2	-11,1	-15,3	2,9	5,9	2,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981, 1993 e 1999.

#### 4 CONCLUSÃO

A análise das transformações estruturais ocorridas na socioeconomia maranhense a partir da evolução de importantes indicadores sociais e econômicos do Estado, levou-me às considerações finais aqui apresentadas.

Apesar de considerar autoritária a proposta desenvolvimentista dos grandes projetos industriais brasileiros e dos erros ocasionais em decisões de investimentos, em nível macroeconômico, a estratégia do governo federal ao viabilizar projetos de grande porte como o Programa Grande Carajás, exerceu um papel positivo para o ajustamento externo da economia brasileira, além de sustentar o crescimento econômico durante um certo período. Um crescimento questionável quando levamos em consideração o preço que sua população tem sido levada a pagar por ele.

Em termos de crescimento da economia maranhense, de acordo com a evolução dos indicadores econômicos e sociais apresentados, demonstro que alguns setores produtivos como o de serviços e o industrial apresentaram um desempenho considerável no período estudado, o que se reflete na evolução positiva do volume de suas exportações.

Ressalto que esse aumento das exportações é creditado principalmente às atividades da ALCOA, no entanto, esses são critérios técnicos, que não retratam em si mesmos, a relação de exploração dessa economia pelas economias centrais, diante de sua posição de subordinação no sistema internacional do capital. Tampouco refletem os prejuízos para essa economia, decorrentes das desvantagens iniciais na negociação do preço de venda dos minérios.

Entretanto, a despeito da intervenção direta do governo estadual na implantação de ações voltadas para a promoção do desenvolvimento social e econômico do Estado - como no caso do próprio Projeto Alumínio São Luís - os dados aqui expostos revelaram também que a sociedade maranhense continua distante de apresentar um nível adequado de desenvolvimento humano, segundo os parâmetros estabelecidos no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mantendo-se presente, o perfil de uma sociedade marcada por desigualdades sociais, pela fome e miséria de grande parte de sua população.

Em nível local, nos moldes do planejamento governamental imediatista, são apontadas atualmente soluções alternativas de desenvolvimento regional com a implementação do “Plano Maior de Desenvolvimento do Turismo auto-sustentado no Maranhão”.

A esse respeito, destacam-se no referido Plano, as seguintes metas a serem atingidas até 2010:

ANO: 2002	ANO: 2010
TURISMO RECEPTIVO: 820.000 turistas	TURISMO RECEPTIVO: 1.500.000 turistas (nacionais: 1.200.000 e estrangeiros: 300.000)
EMPREGOS GERADOS:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FASE DE IMPLANTAÇÃO: 130.700</li> <li>▪ FASE OPERACIONAL: 10.300</li> </ul>	
RECEITA DIRETA: R\$ 620 milhões/ano	RECEITA DIRETA: R\$ 1,05 bilhões/ano

**QUADRO 1 - Metas do Plano Maior de Turismo do Maranhão - 2002/2010**

Fonte: GEPLAN/MA, Plano Maior de Turismo, 1999.

Mais uma vez, a geração de divisas e o efeito multiplicador de uma atividade econômica, como é o caso do turismo, a exemplo do que ocorreu com os Grandes

Projetos Industriais da Amazônia, é a “solução” encontrada, pelos governos federal e estadual, para o desenvolvimento regional, embora permaneça no ar a questão: que desenvolvimento e a que preço?

Apesar dos propósitos de crescimento econômico nacional ajustarem-se às regras internacionais da acumulação do capital e à atual política neoliberal, vale lembrar que,

[...] o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é, um “mecanismo racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado”.... – mas, é em última análise, uma forma de controle sociometabólico. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe, a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. ( MÉSZÁROS, 2002, p.96).

Diante da lógica adaptativa dos Estados nacionais periféricos aos imperativos da acumulação capitalista, como conciliar os objetivos econômicos com a necessidade de bem-estar das populações desses países?

Os ajustes regionais às necessidades do sistema do capital têm, sem sombra de dúvida, proporcionado o crescimento econômico de algumas atividades no Estado, mas, o sacrifício da maior parcela da população maranhense tem sido um preço alto demais a pagar por esse “crescimento”.

A análise conjuntural realizada nesta pesquisa comprova que não obstante ter ocorrido um crescimento do seu Produto Interno Bruto no período observado, o mesmo não chega a 2% do PIB nacional e que, a distribuição da riqueza gerada é vergonhosamente desigual, tanto que existem cerca de 2 milhões e 500 mil maranhenses passando fome diariamente.

Os dados apresentados neste trabalho permitiram-me comprovar que, em termos sociais, pouco ou quase nada parece ter sido realizado para reverter o quadro de fome e miséria vivenciado por esse considerável contingente de sua população.

Diante desse quadro, consigo comprovar ainda como,

[...] na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital também se articula e consolida como estrutura de comando singular. As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertencam estejam realmente situados na estrutura hierárquica de comando do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 98, grifo nosso).

Em termos econômicos, a pesquisa demonstra, que os mecanismos de ajustes estruturais da economia maranhense à economia nacional e mundial foram eficientes, fato demonstrado principalmente pela evolução do PIB no período observado. Entretanto, sua contrapartida em termos sociais, demonstrada pelo empobrecimento e a baixa qualidade de vida de sua população, mostra a irracionalidade da lógica do sistema capitalista, tendo em vista que:

[...] Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (MÉSZÁROS, 2002, p.96).

Demonstro ainda que, apesar da retórica oficial e das “artimanhas” da ALCOA para incorporar-se ao imaginário popular como uma empresa local, essa empresa não apresenta nenhum vínculo com a economia maranhense, mas, ao contrário, seus

interesses lucrativos estão voltados para o seu país de origem, fortalecendo ainda mais a dominação imposta a um espaço periférico nacional como o nosso.

Nessa perspectiva, as mudanças sociais necessárias para superação dessa lógica, pressupõem a superação do próprio sistema capitalista, via construção de uma outra alternativa, afinal “[...] O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas [...]” ( MESZÁROS, 2002, pp.15-16), o que não significa dizer que seja a única.

Apesar do contexto nada animador aqui apresentado, o resultado do último pleito eleitoral no Brasil, abre a perspectiva de melhorar as condições de vida da população brasileira e por extensão, do Maranhão, principalmente daquele contingente que se encontra abaixo da linha da pobreza.

Entretanto, os acordos políticos e as coligações, necessárias para a realização do “pacto social” entre governo, sociedade civil e empresários, crucial para a consecução desse objetivo, fortalecem, pelo menos aparentemente, as mesmas forças oligárquicas regionais que se perpetuaram no poder e não demonstraram até o momento, nenhum interesse maior em mudar essa realidade.

Diante do quadro apresentado, resta-nos acreditar e agir para que em função da pressão de movimentos organizados da sociedade civil, finalmente os interesses reais da sociedade, em termos de alcançar qualidade de vida e bem-estar e de emancipação, sejam priorizados em relação às decisões econômicas, afinal num mundo em transição, qualquer cenário é perfeitamente possível.

## **REFERÊNCIAS**

ALCOA. Disponível em: < <http://www.alcoa.com.Br>>

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva, em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. PUC-SP, tese de doutorado, 2002.

BATISTA, Jorge Chami. A estratégia... **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 67-79, abr./jun. 1987.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. **Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas**. Belém/NAEA, 1987.

\_\_\_\_\_. José Marcelino Monteiro da. **Efeitos de retrocesso e propulsão: o caso do complexo agroindustrial de fibras vegetais da Amazônia**. Belém: NAEA/BASA/DICRESP, 1984 (mimeo).

\_\_\_\_\_. **Processos espaciais de acumulação de capital no capitalismo tardio**. Belém, 1986 ( mimeo).

COTA, Raymundo Garcia. **Carajás a invasão desarmada**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DANTAS, Marcos. **A questão do alumínio: o presente e o futuro da indústria de alumínio no Brasil**. Rio de Janeiro, 1980 (mimeo).

DIXON, Keith. **Les évangélistes du marché – les intellectuels britanniques et le néo-libéralisme**. Paris:Raisons d’ agir ed, 1988 (trad. Vozes).

ENGLISH, Bárbara Ann. **Alcoa na ilha**. São Luís: Cáritas Brasileira, 1984. (Série Transformações Recentes).

FAY, Innis C. R. The Toronto School of economic history. **Economic History**, 3: 168-71, 1977.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **A mundialização do capital e o Estado imperial**, mimeo, 2000, 20 p.

\_\_\_\_\_. **O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **A globalização e o Estado cosmopolita: as antinomias de Jürgen Habermas**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Regulação estatal do espaço e da força de trabalho (no plural, na periferia). **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, v. 2, n.1, jan./jul.,1996.

\_\_\_\_\_ at al. Os grandes projetos industriais e seus impactos sobre a ciência e a tecnologia no Maranhão. **Cadernos de Pesquisa**. São Luís: UFMA, v. 2, n. 1, jan./jun. 1986.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas da UFMA, 1998 ( Série Debates).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **A questão Alcoa** (no contexto mundial, brasileiro e maranhense). São Luís., 1980.

GALVÃO, Raul Ximenes. Alcoa, “the day after” da Ilha de São Luís. **Revista Pau Brasil**, p.18-19 (maio-junho/ 85).

GOWAN, Peter. **A roleta global**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GREMAUD, Amaury Patrick at al. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

HADDAD, Paulo Roberto (ed.). **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

**INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS**: 1985/1996, v. 1, n. 1. São Luís: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, 1998.

**INDICADORES SOCIAIS**: 1981-87, v. 1, n. 1. São Luís: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, 1988.

**INDICADORES ECONÔMICOS**: retrospectiva setorial da década de 80. **Conjuntura Maranhense**. São Luís: IPES, 1989.

**INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS**. 1996-2000. São Luís, SIEMA/GEPLAN, 2000.

JETIN, Bruno. **Economies of scale and supply variety**. Na International Historical Comparative Study. Oxford, 1997.

KINDLEBERGER, C.P. **Economic development**. New York, 1958, cap. 14.

LEAL, Aluísio. **Relatório final**: projeto: o impacto da modernização econômica sobre uma área de economia tradicional de subsistência – o caso do complexo industrial de Barcarena. Belém, 1986. 102 p. (mimeo).



LESSA, Carlos. **15 anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Cap. V. São Paulo: Abril Cultural, 1982 ( **Os Economistas**).

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

\_\_\_\_\_. **Processos e tendências da globalização capitalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MARCONI, Maria A ; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1986.

MARTINS, Maria Teresa de Lima et al. **A indústria do alumínio: causas e conseqüências de sua implantação em São Luís do Maranhão**. São Luís, 1982 (mimeo).

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro: o rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Trad. Sérgio Lessa. Campinas, SP: Bom Tempo, 2002.

MOREIRA, José Cursino Raposo. **A implantação da Alcoa em São Luís: uma análise espacial da inserção do Maranhão no pólo de alumínio da região norte do Brasil**, Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1989.

MOREIRA, Maria Vilma Coelho. **A Alcoa na Ilha: um estudo de caso sobre uma multinacional e seu impacto em uma comunidade brasileira**. Dissertação de mestrado. Tennessee, Knoxville (EUA), 1992.

PERROUX, François. La economia dominante, Primeira parte de: **La economía del siglo XX**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1964.

PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

**PROGRAMA GRANDE CARAJÁS**. [s.n ]. 7. 30 p.

**RELATÓRIO** do Grupo Especial de Trabalho. **Projeto São Luís**. São Luís, SIED., 1980. 22 p.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Petrópolis, Rj: VOZES, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 39, 1997.

SCHICKLER, Samuel. A teoria da base econômica regional: aspectos conceituais e testes empíricos. In: HADDAD, Paulo R. (org.). **Planejamento Regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**: IPEA/INPES, 1974.

SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia Regional** (textos escolhidos). Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977.

\_\_\_\_\_. Jacques. "A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional". In: P.R. Haddad (ed.). **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1975.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Cap VI. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (**Os Economistas**).

DOCUMENTOS Básicos do Seminário Internacional. **Globalização e desenvolvimento regional**: cenários para o século XXI, 1997, Recife: SUDENE. 106 p.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (**Os Economistas**).

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1985.

TIEBOUT, Charles. As exportações e o crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (org.): **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

TOLOSA, Hamilton C. Pólos de crescimento: teoria e política econômica. In: HADDAD, P.R. (ed.). **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist world economy**. New York: Cambridge University Press, 1979.

WATKINS, Melville H. Teoria primária de crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org.): **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

WROBEL, Andrezej. **Teoria e modelos de desenvolvimento regional**. Um exame crítico. Rio de Janeiro, mar-abr., 1974 ( **Boletim Geográfico**).



## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - Retrospectiva do processo de implantação da ALCOA em São Luís.**

[...] 22/01/80 – Carta de Intenção: intencionando a aquisição de 3.500 ha. de terra no interior da lha de São Luís, para a instalação de uma fábrica de alumina e alumínio e a, conseqüente, remoção dos moradores ali residentes, assinada pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (CDI), representando o Governo do Estado e a ALCOMINASs, representando a ALCOA.

02/06/80 – Carta da ALCOA ao Governador João Castelo pedindo o aumento da área para 10.000 ha., assinada pela ALCOA Alumínio S/A.

04/06/80 – Descobertos os planos de instalação da ALCOA, o Deputado estadual Haroldo Sabóia denuncia as articulações entre a indústria e o governo estadual. Foi o primeiro protesto público contra a ALCOA no Maranhão, pronunciado na Assembléia Legislativa do Maranhão.

06/06/80 – Um Grupo Especial de Trabalho, integrado por técnicos especializados (engenheiro, biólogo, químico, economista), convocado pelo governo estadual, avalia o projeto ALCOA, considerando-o negativo e inviável. Apresenta as seguintes razões:

- Os documentos apresentados pela ALCOA são insuficientes para se constituírem em Projeto (faltam informações claras sobre a produção, utilização da área, limites precisos da demarcação, financiamento, indenização, etc). Além do mais alguns dados são contraditórios;
- Gastos excessivos de água (500.000 m<sup>3</sup>/mês, quando há uma carência geral no Estado) e de energia (três vezes maior do que o consumo do Estado);
- Poucos empregos oferecidos (2 mil) para uma população de cerca de 500 mil pessoas;
- Elevadas taxas de isenção de impostos: 15 anos de isenção de imposto de renda; 90% de isenção do CM, isenção do IPI e ICM na compra de equipamentos nacionais, etc. Isso tudo representa uma perda irrecoverável de 99 milhões de dólares nos primeiros cinco anos do Projeto;

Obs: Devido à pressão popular, o governo concedeu 10 anos de isenção do Imposto de Renda e não atendeu o pedido da ALCOA de isenção de ICM.

- Ilegalidade na negociação de terras. O Governo cedeu a área de 10.000 ha. (cerca de 12% de terras da Ilha e 50% do Distrito Industrial) à ALCOA sem a aprovação da Assembléia Legislativa, segundo exige a Constituição Estadual e sem a aprovação do Senado Federal, órgão competente para julgar alienação de terras do estado superior a 3.000 ha.
- Cumplicidade do Governo estadual ao aceitar um projeto nocivo ao meio ambiente. Pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento , de 1980-85, cabe ao Governo do Estado zelar pelo meio ambiente.

12/07/80 - Termo de Acordo (compromisso de compra e venda). Apesar do parecer negativo do Grupo Especial de Trabalho. O Estado assina um acordo com a ALCOA, cedendo um mínimo de 3.700 ha. de terras e reservando-lhe até 10.000 ha. para o uso futuro. Fornece ainda água com abatimento de 50% das tarifas em vigor, contrariando a lei. (ENGLISH, 1984:37-38).

**ANEXOS**

## ANEXO A - QUADRO Nº 2

### PGC: INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS E CONDIÇÕES DE SUA APLICAÇÃO

<b>INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS</b>	
Modalidade 1	Isenção do imposto de Renda (IR) e dos adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, pelo prazo de dez anos
Modalidade 2	Isenção dos impostos de Importação e sobre Produtos industrializados – II (IPI) – incidentes sobre a importação de máquinas, equipamentos e instrumentos, sem similar nacional, a serem incorporados ao ativo fixo da empresa
Modalidade 3	Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), bem como, manutenção do crédito do mesmo imposto referente a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, nas operações de aquisição de máquinas e equipamentos nacionais realizadas no mercado interno junto aos respectivos fabricantes, desde que paga com recursos: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) próprios;</li> <li>b) oriundos de financiamento de programas de agências governamentais de crédito;</li> <li>c) oriundos de divisas conversíveis, provenientes de financiamento externo.</li> </ul>

FONTE: Os Grandes Projetos da Amazônia, Cadernos NAEA/UFPA, nº 9, 1987



### ANEXO B – QUADRO Nº 3

#### SÍNTESE DOS INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS CONCEDIDOS PELO PGC

Empresa beneficiária	Tipo de incentivo	Aplicação
CVRD ▪ Projeto Ferro	IR, II (IPI), IPI e ICM	
ALBRÁS/ALUNORTE ▪ Projeto alumínio/alumina	IPI e ICM	
ALUMAR ▪ Projeto S. Luís	IR, IPI e ICM	
CAMARGO CORRÊA ▪ Projeto Silício Metálico	IR, II (IPI) e IPI IR, II (IPI) e IPI	PROJETO Silício metálico Alcoa Alumínio S/A, para expansão do Projeto S. Luís (US\$ 295 m)
MENDES JÚNIOR AGRÍCOLA ▪ Projeto Dendê	II (IPI), IPI e ICM	
CIT-CIA. IND. TÉCNICA	IR	Projeto Babaçu
ANDRADE GUTIERREZ ▪ Projeto Tocumá	IR IR, II (IPI), IPI e ICM	Projeto Tocumá
C.R. ALMEIDA	IR	
Enefer	IR e IPI	
Cimcop	IR	Agropecuária Ceres
Queiroz Glavão	IR	
Rodominas	IR, II (IPI) e IPI	
Capemi	IR, II (IPI), IPI e ICM	
Portobrás	IR, II (IPI) e IPI	
Agrima	-	
Tratex	IR e II (IPI)	
Metaltec	IR	
Const. Brasil	IR	
Cowan	IR	
Themag	IR	
Beter	IR	
Eletronorte	IR, II (IPI), IPI e ICM	
Carajás S/A	-	
Cipasa	-	
Maiame	II (IPI)	
Engesolo	IR	
Nativa	IR	

FONTE: Os Grandes Projetos da Amazônia, Cadernos NAEA/UFPA, nº 9, 1987.